

Indicadores de desempenho dos alunos das escolas públicas brasileiras demonstram o quanto ainda há por ser feito, no Brasil, para que conquistemos padrões básicos de qualidade, na área da Educação. O planejamento é fundamental para a melhoria desses padrões. Na reflexão sobre a política educacional dos municípios, o Programa Melhoria propõe e orienta a elaboração e a execução de um Plano de Educação, cuja efetivação depende de mecanismos de gestão, processo que se inicia no interior das secretarias municipais de Educação e se dissemina pelas demais instâncias.

Este Caderno 2 – **O planejamento educacional em ação** – da **Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal**, organizado de acordo com a metodologia do Programa Melhoria, possibilita ao leitor acompanhar a construção e a implantação de políticas públicas educacionais, valendo-se dos dados de um município fictício (Abaporu), que espelha a realidade de muitas localidades brasileiras. Os conteúdos deste caderno estão disponíveis, também, em versão eletrônica, de modo a facilitar a elaboração dos planos de Educação pelos gestores municipais.

*O Programa Melhoria da Educação no Município surgiu, em 1999, da parceria entre a Fundação Itaú Social, o Unicef e o Cenpec, com apoio da Undime.*



Diálogos sobre a Gestão Municipal O planejamento educacional em ação



## Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal

### O planejamento educacional em ação

CADERNO  
2

**Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal**  
**O planejamento educacional em ação**

melhoria da educação no Município

2009

## Iniciativa

Fundação Itaú Social

### Vice-Presidente

Antonio Jacinto Matias

### Superintendente

Ana Beatriz Patrício

### Coordenadoras do Projeto

Isabel Cristina Santana

Camila Feldberg Macedo Pinto

### Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

#### Representante no Brasil

Marie-Pierre Poirier

#### Representante Adjunto no Brasil

Manuel Buvnich

#### Coordenadora do Programa de Educação no Brasil

Maria de Salete Silva

## Coordenação técnica

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação,  
Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)

### Diretora-Presidente

Maria Alice Setubal

### Superintendente

Maria do Carmo Brant de Carvalho

### Gerente de Projetos Nacionais

Maria Estela Bergamin

### Coordenadora do Programa Melhoria da Educação no Município

Vanda Noventa Fonseca

## Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal

### O planejamento educacional em ação

[melhoria da educação no Município](#)

2009



## Créditos

### Coordenação

Ana Maria Falsarella  
Vanda Noventa Fonseca

### Autoria

#### Caderno 1

Equipe do Programa Melhoria da Educação no Município

#### Caderno 2

Evandro Braga Teodoro  
Margarete A. de Ayra Mendes  
Vanda Noventa Fonseca

#### Caderno 3

Ana Maria Falsarella  
Ivânia Paula Freitas de Souza  
José Otávio Proença Soares  
Maria Ângela Leal Rudge  
Maria do Carmo Brant de Carvalho  
Maria Tereza Perez Soares  
Neusa Maria Mendes Borges  
Romualdo Portela de Oliveira  
Rubens Barbosa de Camargo  
Solange Feitoza Reis Aguirre  
Vanda Noventa Fonseca

### Colaboração

Ana M. A. Abreu Guedes Pinto  
Maria Cristina S. Zelmanovits  
Maria Selma de Moraes Rocha  
Vandré Gomes da Silva

### Leitura crítica

Alice Davanço Quadrado  
Camila Feldberg Macedo Pinto  
Isabel Cristina Santana  
Maria do Carmo Brant de Carvalho  
Maria Estela Bergamin  
Maria de Saete Silva

### Apoio técnico

Luciana Sampaio de Medeiros  
Maria Guillermina Garcia  
Sueli de Jesus Cerino  
Viviane dos Santos Oliveira

### Edição de texto

Pyxis Editorial e Comunicação

### Projeto e Produção Gráfica

Zoldesign

São Paulo, abril de 2009

Tiragem: 2000

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal /  
[coordenação Ana Maria Falsarella, Vanda Noventa  
Fonseca]. -- São Paulo : CENPEC, 2009.

ISBN da Coleção: 978-85-85786-80 - 9      ISBN do Volume 2: 978-85-85786-82 - 3

Vários autores.  
Vários colaboradores.  
Conteúdo : Caderno 1. O Programa Melhoria da Educação no Município e as políticas públicas sociais -- Caderno 2. O planejamento educacional em ação -- Caderno 3. O cotidiano de gestor: temas e práticas.

1. Governo local - Brasil 2. Municípios - Governo e administração - Brasil I. Falsarella, Ana Maria. II. Fonseca, Vanda Noventa.

09-03149

CDD-352.1430981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Gestão municipal : Administração pública 352.1430981

## Índice

<b>Apresentação</b>	<b>07</b>
<b>Planejamento e gestão do Plano de Educação</b>	<b>09</b>
Avaliação Diagnóstica	09
Fórum de Educação	10
Intervenção na Educação Básica	10
Acompanhamento e Avaliação	11
<b>Figura 1</b> - Planejamento e gestão do Plano de Educação	12
Organização deste Caderno	13
Plano de Educação	14
<b>Avaliação Diagnóstica da realidade educacional de Abaporu</b>	<b>15</b>
O Contexto histórico, social, econômico e educacional de Abaporu	15
Organização da educação em Abaporu	20
Retrato da Educação Básica em Abaporu: rural e urbana	34
Eixo: gestão democrática	35
Eixos: democratização do acesso, permanência e qualidade na educação	38
1. Educação Infantil	38
2. Ensino Fundamental	41
3. Ensino Médio	45
4. Educação de Jovens e Adultos	47
5. Educação Especial	49
Síntese da Avaliação Diagnóstica	50
<b>Fórum de Educação: análise coletiva das situações-problemas de Abaporu</b>	<b>51</b>
Composição do Fórum de Educação de Abaporu	52
Sistemática de preparação	53
Dinâmica	53
Conclusões do Fórum de Educação	56
Registro das falas da plenária	59
<b>Intervenção na Educação Básica de Abaporu</b>	<b>61</b>
O planejamento educacional - Plano de Educação	62
Plano de Educação de Abaporu - 1º recorte	65
Eixo: democratização do acesso e permanência	65
Plano de Educação de Abaporu - 2º recorte	69
Eixo: qualidade na educação	69
Reorganização da Secretaria Municipal de Educação	71
<b>Siglas utilizadas</b>	<b>77</b>

## Apresentação

### Proposição e implantação de políticas públicas educacionais

Os indicadores de desempenho dos alunos das escolas públicas brasileiras, aferidos por meio de exames como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil, além de outros instrumentos de amplitude nacional, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), demonstram quanto ainda há por se fazer na conquista de padrões básicos de qualidade na educação.

É nos municípios que a educação das novas gerações acontece, tanto no âmbito familiar e social, quanto no âmbito escolar. As novas políticas educacionais instituídas com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/96, ampliam a responsabilidade dos municípios para com a educação escolar.

Face à fragilidade estrutural da maioria dos pequenos municípios brasileiros, tamanha responsabilidade não pode simplesmente ser atribuída sem a contrapartida de eficiente sustentação e apoio estadual, federal e da sociedade civil. Isso significa que fortalecer a educação como direito social de cidadania é empreendimento a ser enfrentando coletivamente.

A união dos esforços da Fundação Itaú Social, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) possibilitou o surgimento, em 1999, do Programa Melhoria da Educação no Município, com o objetivo de fortalecer o trabalho dos gestores municipais de educação na proposição e implantação de políticas públicas educacionais.

## Planejamento e gestão do Plano de Educação

Na reflexão sobre a política educacional do município, que se consolida na elaboração e no registro do Plano de Educação (PE), o Programa Melhoria propõe e orienta o seguinte percurso:

- 1 Elaboração da Avaliação Diagnóstica, um processo investigativo sobre a realidade educadora do município.
- 2 Constituição de um Fórum de Educação: espaço de articulação institucional de acompanhamento e avaliação da política de educação.
- 3 Formulação e implementação da Intervenção para a Educação Básica coerente com a Avaliação Diagnóstica, contendo a definição de princípios, metas, ações e mecanismos de gestão do Plano de Educação;
- 4 Desenvolvimento do acompanhamento e da avaliação que perpassa todo o processo de elaboração e efetivação do Plano de Educação.

Vale destacar que o Programa Melhoria da Educação no Município aposta no desenvolvimento de uma cultura avaliativa que resulte em decisões negociadas e compartilhadas com a sociedade, bem como na transparente prestação de contas das ações desenvolvidas e dos recursos utilizados. Para tanto, propõe aos gestores um percurso que aposta no potencial que a avaliação tem para contribuir com o compromisso de oferecer cada vez mais e melhores condições educativas para os munícipes.

A elaboração do Plano de Educação tem um caráter reflexivo, organizador, articulador e não acontece em percurso linear. Entendemos o planejamento educacional como uma ação circular, em que cada etapa contém as demais e delas depende. A efetivação do PE irá depender da criação de mecanismos para sua gestão, processo que se inicia no interior da Secretaria de Educação, na análise de sua estrutura, organização e funcionamento.

### Avaliação Diagnóstica

Produzir diagnósticos é, hoje, procedimento disseminado em todas as áreas do conhecimento que necessitam de informações prévias para interferir e transformar uma dada realidade.

A Avaliação Diagnóstica da realidade educacional do município, entendida como processo investigativo para conhecimento e análise da situação, objetiva subsidiar os gestores na apreensão da realidade educacional e possibilitar o planejamento da política educacional, bem como sua contínua revisão e atualização.

A Avaliação Diagnóstica supõe ampla exploração e avaliação daquilo que já existe; significa fazer um mapeamento dos equipamentos, recursos e espaços institucionais, bem como das pessoas e das organizações envolvidas com a educação das crianças e dos jovens, com as quais se pode contar. Enfim, é hora de um balanço de tudo o que já se pensou e já se fez em relação à educação no município.

É necessário consultar o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual (PEE), se houver, e verificar se o município já tem o seu Plano Municipal de Educação (PME) e se elaborou o Plano de Ações Articuladas (PAR).

Neste contexto investigativo, são coletados e analisados os indicadores sociais e educacionais oficiais sobre o município e os dados e informações coletadas no próprio âmbito municipal. Somada aos demais conhecimentos obtidos, a interpretação desses indicadores subsidiará os gestores na apreensão da dinâmica do território, identificando soluções para as diferentes situações-problemas de acordo com as regiões onde elas se manifestam.

No percurso da Avaliação Diagnóstica, a identificação dos traços da identidade cultural e da vida econômica do município possibilitará a ampliação do olhar dos gestores na compreensão das influências deste contexto no desenvolvimento da educação. Essa investigação é liderada pelo secretário da educação e equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME), mas precisa contar com a participação efetiva de representantes de outras secretarias, como as de Assistência Social e de Saúde, que têm, entre suas competências, o desenvolvimento de ações educativas. A presença também de representantes da sociedade civil organizada, além de enriquecer o estudo, efetiva o processo de participação e controle social.

## Fórum de Educação

O Fórum de Educação é um espaço institucional de controle social e transparência da política de educação do município, que se abre à participação de diferentes atores no debate sobre as questões educacionais.

O resultado da Avaliação Diagnóstica será apresentado na primeira reunião do Fórum. Essa primeira reunião permitirá a análise dos problemas, a reflexão coletiva sobre o caráter que se pretende imprimir à educação no município e a indicação das prioridades. Vale lembrar que estabelecer prioridades supõe projetar as ações no tempo. Como não se fará tudo de uma única vez, é necessário pensar por onde começar. As prioridades serão "atacadas" no curto prazo, enquanto as demais ações serão projetadas para mais tarde, mas sem sair do horizonte.

A atuação do Fórum de Educação não se encerra nesse primeiro momento. Ao contrário, ele será lócus essencial na discussão, decisão, acompanhamento e avaliação do Plano de Educação em suas várias etapas. Portanto, para que a sistemática de discussão coletiva instale-se é importante agendar e assegurar a continuidade das reuniões.

## Intervenção na Educação Básica

As conclusões decorrentes da reflexão coletiva proporcionada pelo Fórum de Educação subsidiarão a elaboração da Intervenção, que busca alternativas pertinentes à governabilidade da equipe da Secretaria de Educação. Encaminhamentos que competem a outras instituições ou secretarias, ou que dependem de articulação entre diferentes instâncias, são objetos de negociações no estabelecimento da Intervenção.

Assim, o trabalho tem sequência com a definição de objetivos e metas e com a seleção de ações que contemplem as prioridades eleitas, sempre considerando os princípios das políticas públicas para a educação (cujos eixos são, sempre é bom lembrar, gestão democrática, democratização do acesso e da permanência e qualidade na educação), de forma que iniciativas isoladas destes princípios jamais sejam tomadas.

Concomitantemente à seleção das ações, é necessário dividir tarefas e responsabilidades, prever recursos e organizar o cronograma. Na educação, resultados não são colhidos de imediato. Então, não dá para planejar apenas o futuro próximo; médio e longo prazos também devem ser contemplados.

Retomar a questão do orçamento é fundamental porque, sem verbas, o Plano de Educação dificilmente sairá do papel. O Plano Plurianual (PPA) merece atenção especial, pois ele define as grandes diretrizes, metas e prioridades da administração pública municipal, as despesas de capital de cada exercício financeiro e as orientações para a elaboração do orçamento anual. Então, é preciso considerar o quanto a educação está contemplada no PPA.

## Acompanhamento e avaliação

O Programa Melhoria da Educação no Município pretende fomentar uma cultura avaliativa que resulte em decisões negociadas e compartilhadas com a sociedade, bem como na transparente prestação de contas das ações desenvolvidas e dos recursos utilizados. Para tanto, propõe aos gestores um percurso que aposta no potencial que a avaliação tem para contribuir com o compromisso de oferecer cada vez mais e melhores condições educativas para os municípios. Para iluminar o caminho, durante o processo de formação, são propostas algumas reflexões.

Onde se quer chegar com o Plano de Educação?

Duas questões direcionam este ponto:

- Há consenso quanto aos pontos de chegada, isto é, quanto às metas que se pretende alcançar?
- O alcance destas metas será revertido em transformações significativas na educação do município?

Quem percorre este caminho?

A avaliação não é ato solitário. A análise crítica do Plano não é ação exclusiva da equipe da secretaria. Os gestores contarão também com a contribuição sistemática do Fórum de Educação.

Qual o papel do gestor nessa caminhada?

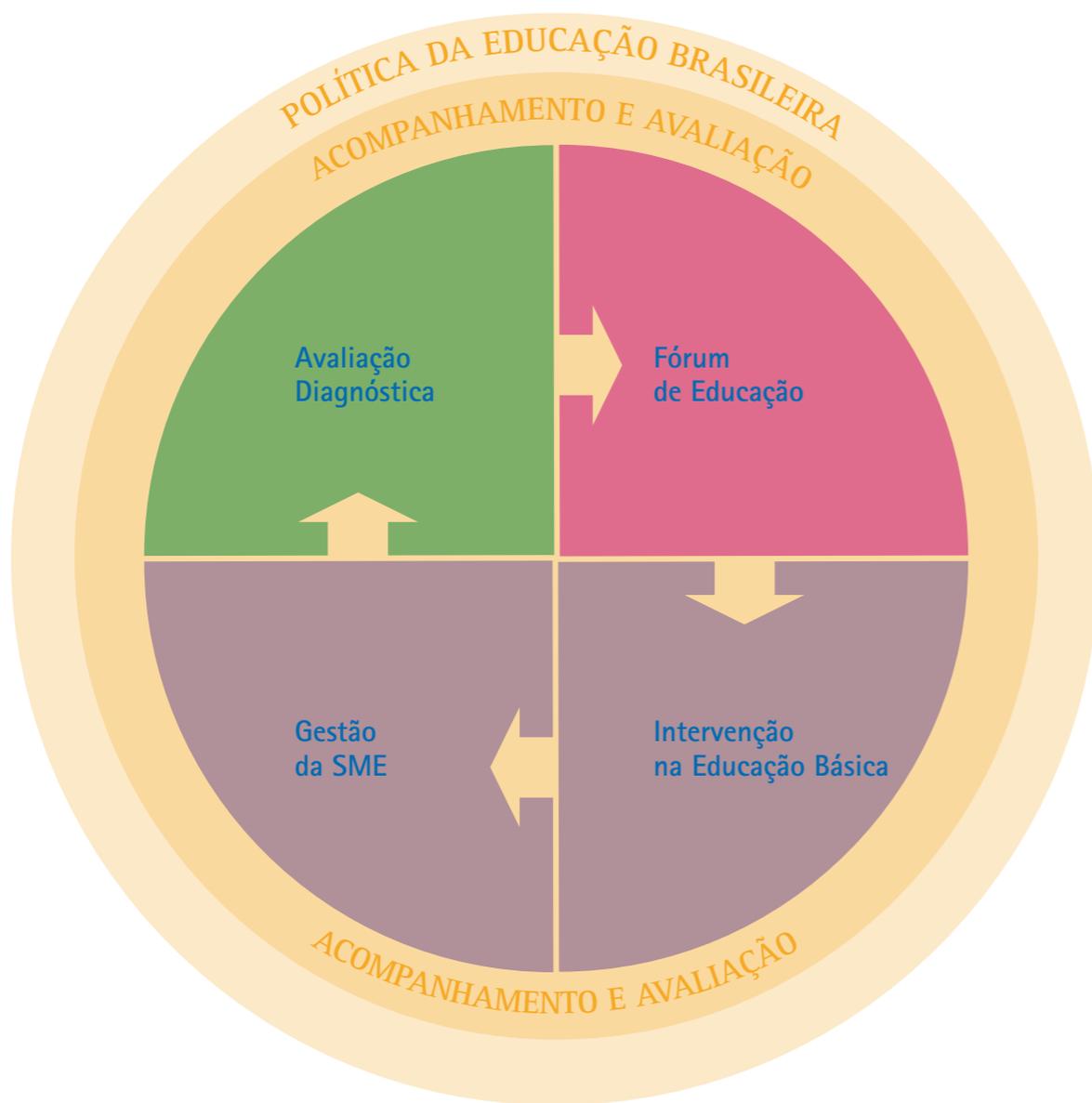
Embora não realize sozinho este caminho, cabe ao gestor o papel decisivo na avaliação:

- articular a equipe da secretaria e favorecer a participação do Fórum em todas as etapas da avaliação;
- estabelecer um ambiente de abertura, cooperação e negociação;

- organizar o cronograma de reuniões para a divulgação de informes consolidados;
- elaborar relatórios parciais e finais.

Por fim, uma prática avaliativa coerente com essa perspectiva exigirá do gestor uma postura investigativa sobre os processos educativos de seu município e uma visão abrangente da educação, que lhe permita estabelecer conexões entre a realidade observada e as concepções sobre currículo, gestão do conhecimento, cidadania, município educador e tantas outras que sustentam a luta pelo direito à educação.

Figura 1 – Planejamento e gestão do Plano de Educação



## Organização deste Caderno

Com o propósito de ser objetivo e acessível, este caderno foi organizado seguindo os passos metodológicos do planejamento proposto pelo Programa Melhoria e tendo como meta propiciar ao leitor o acompanhamento da construção e implantação de políticas públicas educacionais organizadas, valendo-se dos dados de municípios reais, ex-participantes do Programa Melhoria, por meio dos quais foi composta a realidade educacional de uma localidade fictícia, que recebeu o nome de Abaporu.

As informações coletadas pela "equipe responsável" pela Avaliação Diagnóstica de Abaporu estão registradas nas tabelas em azul. Os indicadores oficiais, que aparecem na cor cinza, foram pesquisados na base de dados do **Aplicativo Brasil Hoje**, tendo como parâmetro um município participante do Programa. Como apoio à reflexão dos leitores, temos os seguintes boxes:

**Conversa com o gestor** – Dados e questões que problematizam a situação educacional.

**Dicário** – Informações objetivas sobre temas pertinentes ao planejamento da política de educação. O termo "Dicário" foi criado pelos participantes das primeiras edições do Programa Melhoria, referindo-se ao conjunto de dicas que os formadores apresentam, ao longo dos encontros de formação presencial. O neologismo foi mantido por ter se tornado referencial para o Programa Melhoria, em seus dez anos de existência.

Os conteúdos desse caderno estão disponíveis, também, em versão eletrônica, reproduzindo a mesma estrutura metodológica proposta pelo Programa Melhoria, acrescidos, porém, de espaços intitulados **Convite à reflexão** para a análise da Avaliação Diagnóstica realizada em cada município. Seu principal objetivo é apoiar a construção do Plano de Educação nos municípios. A versão eletrônica é um programa (*software*) compatível com os sistemas Windows e Linux, estruturado da seguinte forma:

- inclui todos os formulários e campos do Caderno 2, em formato de fácil navegação;
- está acoplado à base de dados do Aplicativo Brasil Hoje, permitindo o preenchimento automático das tabelas, com os indicadores oficiais atualizados;
- possibilita a impressão de todas as etapas da construção do Plano de Educação (PE).

Esperamos que, após a leitura cuidadosa desse Caderno, a Secretaria Municipal de Educação e seus parceiros estejam em condições de iniciar um planejamento real e viável capaz de responder às necessidades educativas do município, atendendo ao princípio constitucional do direito à educação.

**1. Abaporu por quê?** Abaporu é um termo do tupi-guarani que significa "antropófago, comedor de carne humana" - *aba* = homem, *poru* = comer, devorar -, segundo o "Vocabulário Tupi-guarani/Português", de Silveira Bueno (Éfeta Editora, 1998). O município aqui analisado ganhou este nome por representar uma nova forma de interpretação da "identidade" cultural brasileira, baseada no rito das tribos tupis e tupinambás que habitavam o litoral, quando do descobrimento. Essas tribos devoravam seus inimigos por entender que, assim, absorviam sua força. Abaporu foi, também, o nome dado por Tarsila do Amaral a um dos quadros mais importantes já produzidos no Brasil, em 1928.

## Plano de Educação

Começa aqui o exercício de elaboração do Plano de Educação (PE) de Abaporu que, esperamos, auxilie os gestores na elaboração de seus próprios planos de Educação. Destacamos que, apesar de imaginário, Abaporu espelha a realidade de muitos municípios brasileiros que participaram do Programa Melhoria.

O Plano de Educação realizado em cada município, por contar com a pluralidade de olhares dos diversos parceiros envolvidos em sua construção, será muito mais rico em nuances de análises e consequente Intervenção.

## Avaliação Diagnóstica da realidade educacional de Abaporu

A realidade educacional de um município é afeita não somente à Secretaria Municipal de Educação, como a todas secretarias sociais, por exemplo, a de Saúde e a de Assistência Social. Assim, a presença de seus representantes é fundamental para viabilizar a construção do retrato mais real possível. A presença da sociedade organizada a transforma em mais um espaço institucional de controle social e transparência.

### Equipe responsável pela elaboração da Avaliação Diagnóstica de Abaporu

Nome	Instituição que representa	Função
<i>Hermínia Cruz e Lima</i>	<i>Secretaria Municipal de Educação</i>	<i>Secretária Municipal de Educação</i>
<i>Maria da Penha Araújo</i>	<i>Secretaria Municipal de Educação</i>	<i>Assistente pedagógica</i>
<i>Carmem de Castro</i>	<i>Secretaria Municipal de Educação</i>	<i>Coordenadora pedagógica</i>
<i>Júlio César Andrade</i>	<i>Secretaria Municipal de Educação</i>	<i>Diretor de escola</i>
<i>Neusa Ferreira</i>	<i>Secretaria Municipal da Saúde</i>	<i>Secretária da Saúde</i>
<i>Marina Gomes Araújo</i>	<i>Secretaria Municipal da Assistência Social</i>	<i>Assistente social</i>
<i>Carmem Câmara</i>	<i>Conselho Tutelar</i>	<i>Presidente</i>
<i>Olívio Pereira Mendes</i>	<i>Sindicato dos pequenos produtores e trabalhadores rurais</i>	<i>Presidente</i>

### O contexto histórico, social, econômico e educacional de Abaporu

Analisar o contexto é importante para a caracterização de um território, pois compõe um panorama sobre como as pessoas tecem suas vidas e sobrevivem, bem como sobre as perspectivas existentes para as novas gerações. Quando falamos em território (um município, por exemplo), estamos nos referindo a seu espaço físico (geográfico), acrescido dos objetos, das relações sociais e das práticas culturais nele desenvolvidas. Para o geógrafo baiano Milton Santos (1926 – 2001), importante pensador brasileiro da área, o conceito de território só é útil para a análise social se o considerarmos como território usado, ou seja, inseparável dos seres humanos que o habitam e que o modificam no dia a dia. Um território é, portanto, ao mesmo tempo, sua forma física (o espaço geográfico) e sua função (as ações humanas que constroem a paisagem).

Refletir sobre a história e cultura do município significa levantar quais são os valores, as crenças e os conhecimentos que se encontram enlaçados na memória coletiva de seus habitantes e que dão identidade àquele grupo, influenciam a educação que acontece no território e, sem dúvida, precisam ser considerados na elaboração de qualquer plano ou projeto de educação.

Crianças que desde a mais tenra idade convivem com cantos e danças regionais desenvolvem o gosto e o respeito pelas tradições culturais de seu grupo e, mais do que isso, reconhecem-se como portadoras de uma cultura e seu pertencimento a ela. Assim se constitui a identidade de um grupo.

O objetivo das informações aqui coletadas é dirigir o olhar do leitor para estabelecer claramente o contexto social, cultural e econômico do território, oferecendo informações preciosas para a elaboração do Plano de Educação.

### 1. Comente o contexto histórico e cultural de seu município.

*Abaporu recebeu o nome de Tporé Mirim, pois fazia parte do município Tporé. Em 1990, seu nome foi mudado para Abaporu, termo do tupi-guarani em homenagem à população original de seu território.*

*Atualmente, a população de Abaporu tem se mostrado bastante orgulhosa, pois, finalmente, após oito anos de espera, a festa de Santo Antônio, que acontece anualmente no dia do santo e conta com um famoso Desafio de Sanfoneiros, foi oficialmente incluída no calendário turístico-cultural do estado – Caminhos da Nossa Terra. A população de Abaporu cultiva o gosto pela sanfona, passado de pai para filho, há décadas. Assim, foram se formando na cidade conjuntos de sanfoneiros que, entre seus componentes, contam com representantes de várias gerações. Para conferir o trabalho desses conjuntos, basta ir ao coreto da praça da Igreja Matriz todo primeiro domingo do mês, quando eles se reúnem para exibir seus talentos. Quem aprecia acompanhar os ensaios pode aparecer no Galpão dos Sanfoneiros nas tardes de sábado.*

*Outro destaque da cultura de Abaporu são as quadrilhas das festas juninas. Os inúmeros grupos ensaiam bastante para fazer bonito no Festival Regional das Quadrilhas, realizado durante todo o mês de junho na quadra poliesportiva da cidade. A comunidade toda se envolve nas festividades, oportunidade para que diferentes habilidades sejam reveladas. As costureiras e bordadeiras têm papéis importantes, caprichando na confecção e decoração dos trajes dos dançarinos, item que conta ponto na avaliação dos jurados.*

### 2. Relacione as atividades econômicas existentes no município.

*São poucas as oportunidades de trabalho no município, cujas principais atividades econômicas são a lavoura de subsistência (milho, feijão, mandioca) e a pecuária de pequeno porte, ovina e caprina. Um pequeno comércio desses produtos é realizado, aos domingos, na feira da sede do município.*

### 3. Existe "população flutuante" (\*) em razão de atividades econômicas, como, por exemplo, colheita?

*Não.*

(\*) População flutuante: grupos que migram para o município, geralmente em razão de atividade econômica, por período determinado, com posterior retorno ao local de origem.

## 4. Fontes de renda dos moradores

*As fontes de renda da população são, majoritariamente, as aposentadorias do INSS e os salários dos funcionários municipais (fontes, no entanto, bastante insuficientes).*

*O município possui dois programas de transferência direta de renda às famílias: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Programa Bolsa Família (PBF), ambos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), executados no município sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.*

Para esclarecimentos sobre os indicadores e fontes da tabela a seguir, consulte o aplicativo **Brasil Hoje**, encarte desta Coleção.

dicário



## 5. Condições de vida da população

### 5.1. População por faixa etária

	Faixas Etárias							Total
	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	
Urbana	298	144	675	342	562	598	1202	3821
Rural	345	187	845	437	786	778	1214	4592
Total	643	331	1520	779	1348	1376	2416	8413

Fonte: Brasil Hoje/ IBGE, Estimativa Populacional, 2007.

### 5.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicador	Município	Estado	Brasil
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	0,597	0,656	0,766
IDH - Dimensão Educação	0,789	0,730	0,849
IDH - Dimensão Longevidade	0,545	0,653	0,727
IDH - Dimensão Renda	0,474	0,584	0,723

Fonte: Brasil Hoje/ Pnud, 2000.

### 5.3. Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

Indicador	Município	Estado	Brasil
IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil	0,56	0,53	0,67

Fonte: Brasil Hoje/ Unicef, 2004.

**5.4. Percentual da população em estado de pobreza e indigência**

Indicador	Município	Estado	Brasil
População em estado de pobreza	65,02	57,34	30,27
População em estado de indigência	28,03	27,47	12,08

Fonte: Brasil Hoje/ IBGE, 2000.

**5.5. Taxa de mortalidade infantil**

Indicador	Município	Estado	Brasil
Taxa de mortalidade infantil no município	29,41	29,97	22,58

Fonte: Brasil Hoje/ Datasus, 2004.

**5.6. Renda e receita per capita**

Indicador	Município	Estado	Brasil
Renda per capita	154,37	129,21	247,06
Receita per capita	1.297,67	970,15	1.623,18

Fonte: Brasil Hoje/ IBGE, 2000.

**5.7. Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais**

Indicador	Município	Estado	Brasil
15 anos ou mais	32,02	30,5	13,6

Fonte: Brasil Hoje/ IBGE, 2000.

**5.8. Taxa de analfabetismo por faixa etária**

Indicador	Município	Estado	Brasil
De 15 a 19 anos	8,1	12,9	5
De 20 a 24 anos	18,3	18,3	6,7
De 25 a 29 anos	20,7	20,9	8
De 30 a 39 anos	30,2	26	10,2
De 40 a 49 anos	44,5	36,1	13,9
De 50 anos ou mais	64	57,7	29,4

Fonte: Brasil Hoje/ IBGE, 2000.

**Conversa com o gestor**

Num contexto socioeconômico em que aparecem tantas carências, qual é a importância e quais são as possibilidades que a educação oferece? Como ela é apresentada para a população e para a administração pública local? No âmbito da educação, quais as implicações do quadro social, como ele afeta a gestão e como é possível contribuir para alterar a situação existente? Pode a educação ignorar "o chão que pisa"?

**6. Serviços presentes no município****6.1. Equipamentos da Assistência Social**

Equipamentos	Número
<i>Centro de Referência (Cras)</i>	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

**6.2. Equipamentos culturais**

Equipamentos	Número
<i>Biblioteca Municipal</i>	1
<i>Cinema</i>	1
<i>Casa do Sanfoneiro</i>	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

**6.3. Espaços e equipamentos de esporte e lazer**

Equipamentos	Número
<i>Clube</i>	1
<i>Quadra</i>	1
<i>Campo de areia</i>	1
<i>Campo de gramado</i>	1
<i>Quadra poliesportiva</i>	1
<i>Praça</i>	2

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

**6.4. Equipamentos da Saúde**

Equipamentos	Número
<i>Unidade Básica de Saúde</i>	2

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 6.5. Outros espaços e equipamentos

Equipamentos	Número
<i>União das Quadrilhas - galpão</i>	1
<i>Salões de igrejas</i>	2

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### convite à reflexão



Na versão eletrônica, "convite à reflexão" é um espaço destinado à análise dos dados e informações apresentadas até aqui. A junção das análises realizadas ao longo da Avaliação Diagnóstica subsidiarão a elaboração da síntese da realidade educadora do município que será apresentada e discutida com a comunidade durante o Fórum de Educação.

## Organização da educação em Abaporu

Uma questão central na formulação de políticas públicas para a educação é definir a intenção educadora do município, respaldada em dois pilares: a legislação educacional vigente e a realidade local. Uma política educacional consistente objetiva melhorar as condições de acesso, permanência e qualidade, tendo a democratização do conhecimento como objetivo políticoeducacional. A efetivação das políticas públicas educacionais depende, contudo, de uma relação permanente e direta entre as escolas e o órgão central, de modo a permitir uma contínua reflexão sobre o processo pedagógico em curso e sobre a gestão das unidades educacionais.

### 1. Equipe da Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é composta pela equipe de seu órgão central, que chamaremos simplesmente de Equipe da Secretaria, e pelas Equipes Escolares. A Equipe da Secretaria é responsável pela condução da política educacional no município, em consonância com as legislações federal e estadual (caso o município não esteja organizado em sistema). É constituída pelo dirigente ou secretário de educação e pela equipe técnica que o assessora e divide, com ele, as responsabilidades pela condução da educação municipal. As equipes escolares são responsáveis pela gestão das escolas, em consonância com as orientações da SME. São geralmente constituídas por diretor, coordenador pedagógico, professores e funcionários.

## 1.1. Constituição da equipe central

Nome	Cargo	Formação	Funções
<i>Hermínia da Cruz e Lima</i>	<i>Secretária</i>	<i>Magistério superior</i>	<i>Coordena os trabalhos, no âmbito da Secretaria, representando-a junto ao prefeito, ao legislativo municipal e às demais instâncias e instituições.</i>
<i>Maria da Penha Araújo</i>	<i>Assistente pedagógica</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Planeja o transporte escolar, a distribuição de merendas, o controle de materiais e documentos, acompanha os programas desenvolvidos e recursos alocados.</i>
<i>Ana Luiza dos Santos Albuquerque</i>	<i>Assistente pedagógica</i>	<i>Magistério com especialização em EI</i>	<i>Acompanha o trabalho pedagógico das escolas, a distribuição da merendas, presta auxílio à SAS na elaboração dos relatórios sobre o Bolsa Família e o Peti.</i>
<i>Júlia Camargo da Cruz e Lima</i>	<i>Assistente pedagógica</i>	<i>Licenciatura em Língua Portuguesa</i>	<i>Acompanha os trabalhos pedagógico das escolas, o controle de materiais e documentos e do ponto dos funcionários da Secretaria; presta apoio à Secretaria das Finanças na elaboração da folha de pagamento da Prefeitura.</i>
<i>Josué Antônio Reis</i>	<i>Professor</i>	<i>Licenciatura História</i>	<i>Faz serviços de digitação e presta apoio ao trabalho das assistentes pedagógicas.</i>
<i>Marina Aparecida Cruz</i>	<i>Auxiliar administrativa</i>	<i>Ensino Médio (cursando)</i>	<i>Faz serviços de digitação, recebe correspondência e emails; controla o trânsito de documentos; acompanha a vida escolar dos alunos e o ponto de professores.</i>
<i>Janice Paes da Guimarães</i>	<i>Encarregado de limpeza</i>	<i>Ensino Fundamental incompleto</i>	<i>Mantém todos os espaços limpos e asseados, das secretarias da Educação e da Assistência Social; prepara o café, de manhã e às 11h00.</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### Conversa com o gestor

Geralmente, a gestão da Secretaria Municipal de Educação é movida pelo imediatismo e/ou pelo "achismo", reproduzindo noções do senso comum como "o professor não muda a sua metodologia de ensino porque não quer" ou "os pais não têm interesse pela vida escolar de seus filhos". Embora isso possa ser verdade, em alguns casos, como podemos conhecer a realidade da escola e falar com pertinência dos problemas se não vamos até ela para ver, sentir, ouvir e ser ouvido? Muitas vezes, essas visitas são esporádicas, o que não nos dá muitas condições para investigar os problemas e elaborar soluções.

Geralmente, a desarticulação da SME surge porque as partes não funcionam de forma harmônica e consciente, conduzindo as equipes ao esgotamento físico e mental. Todos trabalham muito, mas sem uma organização que otimize e articule suas ações.

É possível gerir a máquina administrativa da SME de forma desarticulada? Como efetivar sua ação sem que exista articulação entre os membros da equipe central, entre eles e as escolas e as demais secretarias e instituições que atuam no campo das políticas sociais?

### 1.2. Quais são as maiores dificuldades encontradas na execução das tarefas cotidianas?

*Cumprir as atividades combinadas com autonomia e pontualidade. Cada membro da equipe deveria saber tomar as decisões necessárias para efetivar as ações da melhor forma possível, sem a necessidade de consultar a secretária sobre os detalhes menores. Outra dificuldade é viabilizar as visitas às escolas rurais. Além de não contarmos com transporte adequado, os responsáveis por essa ação estão envolvidos com tantas questões administrativas que não encontram tempo para ir a campo.*

### 1.3. Quais são as maiores dificuldades encontradas no planejamento da Secretaria Municipal de Educação?

*Falta de recursos financeiros, como interferir na realidade tão consolidada, por onde começar e o que fazer para convencer os professores a mudarem a prática. Outra grande dificuldade são as classes multisseriadas; nucleamos o que era possível, pois as distâncias são grandes e a aprendizagem é pouca, não conseguimos imaginar o que pode ser feito para ajudar a melhorar a aprendizagem.*

### 1.4. Quais são os pontos fortes da equipe?

*Formação superior, experiência em sala de aula, convicção de que educação pública de qualidade é direito de todos e de que é nosso dever fazer cumprir esse direito.*

### 1.5. Indique as principais estratégias utilizadas para o acompanhamento e a avaliação do processo educacional desenvolvido nas escolas.

- Visitas às escolas
- Visitas às salas de aula
- Participação em reuniões
- Participação nos encontros de trabalho coletivo
- Análise das produções dos alunos
- Outras:

### 1.6. Qual é a intenção/objetivo pedagógico do órgão central quando realiza estas ações?

*Conversar com o diretor sobre a frequência dos professores, a entrega da merenda e o transporte escolar, passar informes da SME e demais informações necessárias.*

### 1.7. A equipe da SME tem uma forma definida de organizar sua rotina? Tem reuniões periódicas, registros das decisões e encaminhamentos e definição de tarefas, prazos e responsabilidades?

*Temos funções e responsabilidades definidas, além de algumas atribuições, como a produção dos relatórios sobre a frequência dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família, que têm prazos de entrega definidos.*

## 2. Planos educacionais existentes

Os princípios educacionais são definidos a partir de princípios constitucionais e não podem ser desrespeitados por qualquer medida governamental ou ação de outros. Funcionam como um parâmetro de referência para validar e nortear as políticas educacionais, normas e procedimentos a serem adotados pela administração pública.<sup>3</sup>

Os princípios estão definidos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/1996, e nos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10172/2001.



dicário

3. Textos legais disponíveis em [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

### 2.1. O município possui os seguintes planos:

- Plano Municipal de Educação (Prefeitura Municipal)
- Plano de Ações Articuladas (PAR)
- Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola)
- Outros: quais?

### 2.2. As escolas têm Projeto Político Pedagógico (PPP)? Como está implementado? Orienta as ações desenvolvidas pelas escolas? A equipe da SME acompanha o andamento do PPP das escolas? De que forma?

*Como não estamos organizados em sistema, seguimos as orientações da Secretaria Estadual de Educação e elaboramos o PPP para as escolas de acordo com os níveis e as modalidades (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino de Jovens e Adultos) que possuem. Esses planos foram realizados conjuntamente pelas diretoras escolares e coordenação pedagógica da SME.*

## 3. Recursos financeiros: receitas e despesas

### Conversa com o gestor

Ao longo do ano, é importante acompanhar o ritmo da execução da receita vinculada a impostos para a educação, tanto para assegurar o cumprimento de seu percentual mínimo, antes do fim do exercício corrente, quanto para evitar a responsabilização judicial do responsável pela pasta da Educação e do próprio prefeito pelo seu não cumprimento.

No acompanhamento das despesas, além daquelas relacionadas com a remuneração de pessoal, deve-se atentar para o andamento das despesas com custeio, que incluem dispêndios de manutenção administrativa, consumo e serviços cotidianos da SME e das unidades escolares, despesas com empresas concessionárias (água, energia elétrica, telefonia etc.), compras de material didático-escolar para os alunos e os professores, entre outros.

A realização das compras merece atenção especial do secretário e de sua equipe, desde a preparação dos procedimentos necessários para as aquisições – que devem ser ágeis – até o acompanhamento das sessões de licitação pública, mesmo porque é uma forma de assegurar a execução dos 25% (percentual do orçamento municipal de aplicação obrigatória na educação).

Nestes casos, é importante contar com a equipe ou o pessoal especializado em elaboração e execução do orçamento da educação e realização das compras. No caso específico da receita recebida do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), a secretaria deve dar apoio administrativo e disponibilizar as informações necessárias ao adequado cumprimento das funções do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs), bem como do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que é responsável pelo acompanhamento da alimentação escolar no município. Junto com o Conselho Municipal de Educação e os Conselhos de Escola, o Cacs e o CAE compõem esferas fundamentais da gestão democrática do ensino público.

### saiba mais

Consulte o artigo **ABC do financiamento da Educação**, presente no Caderno 3 desta coleção.

#### 3.1. Receitas municipais nos últimos três anos

Ano	Receita Própria	Receita por Transferência	Receita Total
2005	206.190,93	5.381.704,33	5.587.895,26
2006	196.205,22	6.444.669,00	6.640.874,22
2007	193.829,64	6.445.380,97	6.639.210,61

Fonte: Brasil Hoje/ Siafi, 2007.

#### 3.2. Despesas municipais nos últimos três anos

Ano	Despesas Totais
2005	5.012.965,21
2006	6.123.965,24
2007	6.023.965,25

Fonte: Brasil Hoje/ Siafi, 2007

#### 3.3. Receitas da educação nos últimos três anos

Ano	Transferência FNDE	Transferência Fundeb	Outras Receitas
2005	200.374,44	1.600.712,65	
2006	218.969,30	1.848.657,31	
2007	213.329,25	1.878.423,21	

Fonte: Brasil Hoje/ Siafi, 2007

#### 3.4. Despesas com educação, por subfunção, nos últimos três anos

Tipo de despesa	Ano		
	2005	2006	2007
Ensino Fundamental	2.474.899,99	2.434.345,99	2.474.899,99
Ensino Médio	523	567	500,12
Ensino Profissionalizante	17.320,04	17.320,04	17.320,04
Ensino Superior			
Educação Infantil	42.122,61	39.329,68	46.124,60
Educação de Jovens e Adultos	37.192,89	42.102,33	40.091,37
Educação Especial			
Demais Subfunções/ Educação			

Fonte: Brasil Hoje/ Siafi, 2007.

A aplicação dos recursos financeiros na Educação deve seguir as normas estabelecidas nos Artigos 70 e 71 da LDB (Lei n. 9.394/1996), que distinguem, respectivamente, o que são e o que não são itens de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

dicário

#### 4. Panorama da Educação Básica no município

##### 4.1. Escolas, localização, nível de ensino e matrículas

Nome da Escola	Localização da Escola		Nível de Ensino						EJA	
			Ensino Regular				EJA		EJA Presencial	
	Urbana	Rural	EI (*)	EF (*)		EM (*)	Fundamental	EJA Presencial		
				Pré-escola	Anos Iniciais			Anos Finais	Médio	Médio e Integrado a Educ. Prof.
Unidade Escolar Vital Luiz da Costa		x			72			21		
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		x		16	113	97		22		
Unidade Escolar Prof Neli Antonio dos Santos		x		24	131	57		61		
Unidade Escolar Graciliano José de Sousa		x			129			22		
Unidade Escolar Prof Maria Alice Fonseca		x		16	64			22		
Unidade Escolar Prof Roberta Silva	x				272	325		31		
Unidade Escolar Prof Evelina dias de Negreiro	x				134					
Unidade Escolar Antonio Gameleira Silva		x				91		19		
Escola Municipal Bartolomeu Dias		x						37		
Escola Municipal Lagoa Grande		x						21		
Grupo Escolar José Paes Silva		x						24		
Grupo Escolar Gonçalves Dias		x						40		
Grupo Escolar Roberto da Rocha Soares		x						59		
Grupo Escolar José Honório Ferreira		x						22		
Grupo José de Oliveira Castro		x						88		
Pré Escola Assis de Barros	x			88				36		
Unidade Escolar Félix Antonio dos Santos		x						47		
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>14</b>		<b>144</b>	<b>915</b>	<b>570</b>		<b>572</b>		

Fonte: Brasil Hoje/Inep, 2007 - (\*) EI = Educação Infantil, EF = Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio

#### Conversa com o gestor

A implementação de uma política pública comprometida com a garantia do direito à educação de qualidade deve considerar alguns aspectos, como a formação e a prática pedagógica dos educadores, a gestão escolar democrática, o acesso à escola e a garantia da permanência, com sucesso na aprendizagem. Outro aspecto igualmente importante diz respeito ao ambiente educativo. Estamos falando das condições de infraestrutura e materiais inerentes à prática pedagógica. A adequada relação número de alunos/professor é um elemento que favorece a melhoria do ensino e a aprendizagem? O apoio e a troca de ideias e experiências entre os educadores em horários previstos permitem à escola ser mais solidária e assertiva nas suas decisões?

O conforto dos alunos em classes também influencia: mobiliário adequado, salas arejadas e iluminadas, disponibilidade de recursos didáticos, existência de biblioteca com acervo diversificado e número de exemplares suficiente. Isso interfere na motivação dos alunos? Parece-nos que, embora não se garanta a melhoria da qualidade na educação apenas contemplando um desses aspectos, as condições materiais são pré-requisitos para a viabilização de outras iniciativas.

## 4.2. Infraestrutura das escolas do município

Nome da Escola	Urbana	Rural	Água	Esgoto	Luz	Telefone	Acesso à internet
Unidade Escolar Vital Luiz da Costa		x	x		x		
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		x	x		x		
Unidade Escolar Prof Neli Antonio dos Santos		x	x		x		
Unidade Escolar Graciliano José de Sousa		x	x		x		
Unidade Escolar Prof Maria Alice Fonseca		x	x		x		
Unidade Escolar Prof Roberta Silva	x		x	x	x	x	x
Unidade Escolar Prof Evelina dias de Negreiro	x		x		x	x	
Unidade Escolar Antonio Gameleira Silva		x	x		x	x	
Escola Municipal Bartolomeu Dias		x	x		x		
Escola Municipal Lagoa Grande		x	x		x		
Grupo Escolar José Paes Silva		x	x		x		
Grupo Escolar Gonçalo Dias		x	x		x		
Grupo Escolar Roberto da Rocha Soares		x	x		x		
Grupo Escolar José Honório Ferreira		x	x		x		
Grupo José de Oliveira Castro		x	x		x		
Pré Escola Assis de Barros	x		x	x	x	x	
Unidade Escolar Félix Antonio dos Santos		x	x		x		

Fonte: Brasil Hoje/Inep, 2007.

## 4.3. Instalações existentes nas escolas do município

Nome da Escola	Urbana	Rural	Sanitário	Cozinha	Refeitório	Sala de professores	Sala de leitura	Laboratório de Ciências	Laboratório de Informática
Unidade Escolar Vital Luiz da Costa		x	x						
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		x	x		x		x		
Unidade Escolar Prof Neli Antonio dos Santos		x	x						
Unidade Escolar Graciliano José de Sousa		x	x		x		x		
Unidade Escolar Prof Maria Alice Fonseca		x	x						
Unidade Escolar Prof Roberta Silva	x		x	x	x	x	x		
Unidade Escolar Prof Evelina dias de Negreiro	x		x		x	x	x		
Unidade Escolar Antonio Gameleira Silva		x	x		x	x			
Escola Municipal Bartolomeu Dias		x	x						
Escola Municipal Lagoa Grande		x	x						
Grupo Escolar José Paes Silva		x	x		x				
Grupo Escolar Gonçalo Dias		x	x		x				
Grupo Escolar Roberto da Rocha Soares		x	x						
Grupo Escolar José Honório Ferreira		x	x		x				
Grupo José de Oliveira Castro		x	x						
Pré Escola Assis de Barros	x		x	x	x	x			
Unidade Escolar Félix Antonio dos Santos		x	x		x				

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

## 4.4. Equipamentos das escolas do município

Nome da Escola	Urbana	Rural	Aparelhos de som	Vídeo e TV	Bebedouro/filtro de água	Mimeógrafo	Máquina fotopiadora	Microcomputadores
Unidade Escolar Vital Luiz da Costa		x	x					
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		x	x		x		x	
Unidade Escolar Prof Neli Antonio dos Santos		x	x					
Unidade Escolar Graciliano José de Sousa		x	x		x		x	x
Unidade Escolar Prof Maria Alice Fonseca		x	x					
Unidade Escolar Prof Roberta Silva	x		x	x	x	x	x	x
Unidade Escolar Prof Evelina dias de Negreiro	x		x		x	x	x	x
Unidade Escolar Antonio Gameleira Silva		x	x		x	x		
Escola Municipal Bartolomeu Dias		x	x					
Escola Municipal Lagoa Grande		x	x					
Grupo Escolar José Paes Silva		x	x		x	x		
Grupo Escolar Gonçalo Dias		x	x		x			
Grupo Escolar Roberto da Rocha Soares		x	x					
Grupo Escolar José Honório Ferreira		x	x		x			
Grupo José de Oliveira Castro		x	x					
Pré Escola Assis de Barros	x		x	x	x	x		x
Unidade Escolar Félix Antonio dos Santos		x	x		x			

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

## 4.5. Profissionais que atuam nas escolas municipais

## 4.5.1. Cargo e lotação

Cargo/lotação	Critério usado para lotação dos profissionais nas escolas	
	Rural	Urbana
<i>Diretor</i>	<i>Escola com mais de cem alunos; as menores são geridas pela equipe de SME</i>	<i>Escola com mais de cem alunos</i>
<i>Coordenador pedagógico</i>	<i>Escola com mais de cem alunos; as menores são geridas pela equipe de SME</i>	<i>Escola com mais de cem alunos</i>
<i>Auxiliar administrativo</i>	<i>Escola com mais de cem alunos; as menores são geridas pela equipe de SME</i>	<i>1 em escola com mais de cem alunos</i>
<i>Auxiliar de serviços gerais/merendeira</i>	<i>1 em todas com mais de duas classes</i>	<i>3 a 5 ; não temos registro do critério</i>
<i>Zelador/vigia</i>	<i>Não há</i>	<i>1 vigia noturno nas urbanas</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 4.5.2. Jornada de trabalho dos professores

Níveis e Modalidade	Jornada de trabalho	
	Hora de Trabalho	Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)
Educação Infantil (creche)	<i>20 horas</i>	
Educação Infantil (pré escola)	<i>20 horas</i>	
Ensino Fundamental (anos iniciais)	<i>20 horas</i>	<i>2 horas</i>
Ensino Fundamental (anos finais)	<i>20 horas</i>	<i>2 horas</i>
Educação de Jovens e Adultos (alfabetização)	<i>20 horas</i>	<i>2 horas</i>
Educação de Jovens e Adultos (pós-alfabetização)	<i>20 horas</i>	<i>2 horas</i>
Educação de Jovens e Adultos (anos finais)	<i>20 horas</i>	<i>2 horas</i>
Ensino Médio	<i>20 horas</i>	
Outra:		

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## Conversa com o gestor

Todos os profissionais que atuam na escola exercem influências, de formas diferenciadas, no trabalho educativo realizado. Respeitando as atribuições e responsabilidades dos diferentes profissionais, é importante que todos tenham formação continuada para o aprimoramento de sua prática profissional.

Há diferenças, por exemplo, entre ser responsável pela alimentação num hospital e ser responsável pela alimentação numa escola, e não só do ponto de vista nutricional. Na escola, o momento da refeição ou merenda é particularmente educativo: momento de compartilhar, dividir, trocar. Além do mais, na escola, o contato com a comunidade, com o cotidiano do aluno e de suas famílias é muito mais próximo e contínuo. Tomar consciência do papel educador de cada um, independentemente da função que exerce, faz parte da formação continuada de todos os trabalhadores da escola.

## 5. Programas e projetos sociais implementados no município

### 5.1. Programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação voltados às escolas municipais

Programa/projeto	Público-alvo	Número total de usuários
<i>Círculo de Leitura</i>	<i>Crianças e adultos</i>	<i>320</i>
<i>Aceita um conselho?</i>	<i>Comunidade escolar</i>	<i>1992</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### 5.2. Programas e projetos voltados ao atendimento socioeducativo

Programa/Projeto	Público-alvo	Número total de usuários
<i>Igreja – atendimento pós-aulas</i>	<i>Criança/adolescente</i>	<i>78</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### 5.3. Programas e projetos voltados ao atendimento de famílias e comunidades

Programa/Projeto	Público-alvo	Número total de usuários
<i>Bolsa Família</i>	<i>Família</i>	<i>3327</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### 5.4. Programas e projetos voltados à formação das equipes escolares

Programa/Projeto	Público-alvo	Número total de usuários
<i>Alfa e Beto</i>	<i>Professoras das séries iniciais</i>	<i>06</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### 5.5. Programas e projetos voltados ao suporte à rede escolar como: merenda, transporte, livros didáticos, construção e manutenção de escolas

Programa/Projeto	Público-alvo	Número total de usuários
<i>Merenda – Pnae e Pnac</i>		<i>1629</i>
<i>Merenda – Compra Direta Produtor</i>		<i>1629</i>
<i>Transporte escolar- Pnate</i>		
<i>Livro didático - PNLD</i>		
<i>Livros paradidáticos - PNBE</i>		
<i>PDDE</i>		

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### 5.6. Programas e projetos realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e outros parceiros

Programa/Projeto	Público-alvo	Número total de usuários
<i>Olimpíada de Língua Portuguesa “Escrevendo o Futuro”</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>250</i>
<i>Campeonato esportivo interestadual</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>1079</i>

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## Conversa com o gestor

Os programas desenvolvidos nos municípios pelas esferas estadual ou federal são muito importantes, pois se somam às iniciativas locais elaboradas pela SME e pelos demais parceiros do município. Às vezes, abrem uma nova frente de atuação na educação municipal e suprem demandas que precisam ser atendidas. Contudo, apontamos alguns cuidados em relação à adoção de projetos e programas externos:

a) A secretaria, ao adotar um programa ou projeto, deve discutir e se apropriar de seu conteúdo, o que pode acontecer por meio da leitura crítica do escopo do programa, realizada pelo secretário, assessores e profissionais que terão que acolher e implementar o projeto no cotidiano. Portanto, conhecer o conteúdo significa

compreender e refletir sobre diversos aspectos, por exemplo: qual é o impacto que este programa trará para nossa realidade? Como os objetivos e as metas deste programa dialogam com os princípios e propostas de intervenção já planejadas pela SME? Existe contrapartida municipal? Temos condições de arcar com ela?

b) É necessário também que a SME se organize e se adeque internamente para receber os incentivos concedidos pelo projeto. Por exemplo: teremos que reorganizar as rotinas internas, a distribuição de tarefas e as responsabilidades entre os funcionários para que possamos implementar, acompanhar, avaliar e prestar contas ao órgão responsável? Teremos que investir em infraestrutura, pessoal ou recursos materiais que não estavam previstos?

Todos os incentivos que causem impacto na melhoria da qualidade na educação do ensino são bem-vindos, mas, para que consigamos não apenas alocar investimentos, como também potencializá-los, temos de estar de "braços abertos" e imprimir um olhar abrangente.

### convite à reflexão



Na versão eletrônica, o gestor será convidado, junto com sua equipe, a analisar a realidade educacional observada em seu município registrando uma síntese de suas conclusões.

## Retrato da Educação Básica em Abaporu: rural e urbana

A gestão da Educação Básica deve ser desenvolvida com base nos princípios da política educacional. Como já mencionado, ao menos três dimensões de uma política educacional devem ser consideradas: a gestão democrática, a democratização do acesso e permanência e a qualidade na educação. Ações, programas e projetos precisam ser concebidos e colocados em prática de modo articulado, ou seja, não como iniciativas isoladas dos princípios e concepções da política educacional, pois, deste modo, frequentemente não fixam raízes e não têm continuidade.

## Eixo: gestão democrática

### 1 Canais de informação e participação

#### 1.1 Fluxo de Informações

a) Quais são os meios/formas utilizadas para a comunicação entre os membros da equipe central?

*Conversamos sempre que temos de resolver alguma coisa.*

b) Quais são os meios/formas utilizadas para a comunicação da equipe central com as unidades escolares?

*Comunicados enviados via transporte escolar.*

c) Quais são os meios/formas utilizadas para a comunicação das unidades escolares com a equipe central?

*Comparecem na Secretaria sempre que precisam.*

d) Quais são os meios/formas utilizadas para a comunicação da Secretaria Municipal de Educação com a população?

*Rádio, alto-falante, jornal mensal da prefeitura, avisos nas missas e cultos.*

#### 1.2. Reuniões do dirigente municipal de Educação com:

			Periodicidade
Coletivo de educadores das unidades escolares	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	
Diretores	<input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<i>Sempre que necessário</i>
Coordenadores pedagógicos das unidades escolares	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	
Professores	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	
Pais	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	
Alunos	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

#### 1.3. Reuniões da direção da escola com:

			Periodicidade
Coletivo de funcionários da unidade escolar	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	
Professores	<input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<i>Bimestral</i>
Pais	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	
Alunos	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 1.4. Reuniões nas escolas

			Participantes	Periodicidade
Conselho de classe	<input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Professores e diretor	Bimestral
Reuniões de pais	<input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Professores, pais e responsáveis	Bimestral

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 1.5. Mecanismos de participação

	Está instituído?	
Conselho de Educação	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Conselho do Fundeb	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Conselho da Alimentação Escolar	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Conselhos Escolares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Associação de Pais e Mestres	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 2. Gestão de pessoas

## Conversa com o gestor

Com relação à igualdade de oportunidades, todos os professores têm garantidos seus direitos? O acesso a cargos de coordenação pedagógica e gestão escolar é igual para todos? Ou eles são indicados por meio de critérios político-partidários?

## 2.1. Critérios para seleção de funcionários

Cargos	Critérios				
	Indicação	Concurso público	Eleição	Seleção	Outro (especificar)
Coordenador pedagógico			x		
Diretor			x		
Operacionais	x	x			
Professor		x		x	
Secretário de escola	x				

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 2.2. Legislação

	Existe?		Está implementado?	
	Sim	Não	Sim	Não
Plano de cargos e carreira do Magistério		x		
Estatuto do Magistério		x		

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 3. Participação da comunidade escolar

## A voz da escola: estudo junto à comunidade escolar

## Conversa com o gestor

Ao se propor a ouvir e considerar a fala da comunidade escolar, fica explicitado o reconhecimento do lugar da escola na formulação das políticas públicas educacionais. A forma de coleta das informações proposta a seguir (questões) leva à avaliação qualitativa, ou seja, permite saber como a comunidade escolar, que faz e vivencia a educação no município, atribui valor à sua realidade.

Este estudo qualitativo busca "ouvir" a opinião de todos que participam e fazem a educação: alunos, pais e responsáveis, professores, funcionários, equipes pedagógicas, conselhos de direitos, sociedade organizada voltada às questões educacionais, entre outros. A mobilização, fruto do diálogo direto e aberto com a comunidade escolar, pode ser entendida como preparação para o Fórum da Educação.

A participação direta da comunidade escolar no levantamento da realidade educativa do município precisa visar à coleta de informações qualitativas. Essa investigação pode acontecer em reuniões ou por meio de um questionário. Vários municípios vêm desenvolvendo esse estudo de modo simples, mas efetivo.

Reúnem a comunidade de cada escola (de todos os níveis e modalidades) para debater questões como "O que a nossa escola tem de bom?" e "O que precisa mudar?". Depois, sistematizam seu resultado segundo o público participante, ou seja, alunos, professores, pais/responsáveis, equipe de apoio, diretores, coordenadores pedagógicos de escolas. Os resultados da sistematização compõem a avaliação diagnóstica da realidade educativa.

dicário

**saiba mais**

Consulte, na versão eletrônica, procedimentos para elaborar, realizar, tabular e sistematizar a pesquisa qualitativa.

**convite à reflexão**

Na versão eletrônica, o gestor será convidado, junto com sua equipe, a analisar os dados obtidos nos diversos estudos realizados, elaborando uma síntese de suas conclusões.

**Eixos: democratização do acesso, permanência e qualidade na educação****1. Educação Infantil**

A seguir, são apresentados dados e informações sobre a Educação Infantil nos eixos democratização do acesso e permanência e qualidade na educação.

**1.1. Democratização do acesso e permanência****1.1.1. Número de matrícula por escola e localização**

Nome da Escola	Número de matrícula			
	Creche		Pré- escola	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro				16
Unidade Escolar Prof Neli Antonio dos Santos				24
Unidade Escolar Prof Maria Alice Fonseca				16
Pré Escola Assis de Barros			88	
<b>Total</b>			88	56

Fonte: Brasil Hoje/Inep, 2007.

**1.1.2. Média de crianças por professor:**

30

**1.1.3. A distribuição de matrículas nas zonas rural e urbana é proporcional à população?**

( ) Sim

(X) Não

**1.1.4. Em caso negativo, explique o(s) possível(veis) motivo(s):**

*Porque na zona rural ainda há dificuldade em se garantir o acesso para todas as crianças.*

**1.2. Demanda não atendida****1.2.1. O município dispõe de mecanismo para captar dados sobre crianças fora da escola?**

( ) Sim qual?

(X) Não

**1.2.2. O município possui levantamento atualizado do número de crianças fora da escola?**

( ) Sim, complete a tabela abaixo:

(X) Não

Idade (anos)	0 - 3	4	5
Crianças não atendidas			

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

**1.3. Qualidade na Educação****1.3.1. Formação dos professores (creche)**

Formação	Municipal		Estadual		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R
Ensino Fundamental						
Ensino Médio						
Ensino Médio/ magistério						
Ensino Superior (em curso)						
Ensino Superior completo						
Especialização em Educação Infantil						
<b>Total</b>						

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

## 1.3.2. Formação dos professores (pré-escola)

Formação	Municipal		Estadual		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R
Ensino Fundamental						
Ensino Médio		3				
Ensino Médio/ Magistério						
Ensino Superior (em curso)						
Ensino Superior completo	4					
Especialização em Educação Infantil						
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3</b>				

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

## Conversa com o gestor

O educador Paulo Freire costumava dizer que olhamos a criança pequena apenas dos ombros para cima, pescoço e cabeça, sempre preocupados com o que a criança pensa, e às vezes, nos esquecemos do que ela sente e não entendemos muito bem as suas múltiplas formas de expressão, principalmente a corporal. Essa compreensão sobre o universo da criança atendida na Educação Infantil está longe de ser simples. Ainda somos polarizados por concepções antagônicas, mas muito presentes na nossa prática educativa: a função da escola é a de transmitir conhecimento, pois de antemão eu já sei que a criança de três anos faz assim, gosta assim, ri assim, chora assim, e se o professor fizer assim dá certo. As teorias construtivistas sociohistóricas vieram para desconstruir esses saberes, ao dizer: não é bem assim, as crianças estão em constante processo de aprendizagem; aliás desde que nascem e são influenciadas pelas suas diferenças de classe, histórias de vida, condições materiais etc. Portanto, elas não são padronizadas: não riem das mesmas coisas, não tem os mesmos interesses etc. Educar e cuidar da criança pequena não é tarefa fácil. Considerando a complexidade da Educação Infantil é que devemos entender a importância da formação continuada dos educadores que atuam nesta etapa.



## convite à reflexão

Novamente a equipe gestora será convidada a registrar uma síntese das análises realizadas sobre a realidade educacional da Educação Infantil. Essa síntese, quando realizada cuidadosamente, permite-nos vislumbrar dificuldades a serem superadas e algumas potencialidades que podem auxiliar essa superação.

## 2. Ensino Fundamental

## 2.1. Democratização do acesso e permanência

## Conversa com o gestor

A igualdade de condições de acesso à escola pública e gratuita é fundamental para que as diferenças socioeconômicas não privilegiem uns em detrimento de outros. Além disso, assegurar o acesso é necessário, mas insuficiente; é preciso garantir a permanência do aluno na escola, universalizando as oportunidades educacionais, investigando e desafiando as causas da evasão e do abandono.

## 2.1.1. Escolas do município que oferecem Ensino Fundamental, por número de matrícula

Nome da Escola	Número de matrícula			
	Ensino Fundamental (anos iniciais)		Ensino Fundamental (anos finais)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Unidade Escolar Vital Luiz da Costa		72		
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		113		97
Unidade Escolar Prof Neli Antonio dos Santos		131		57
Unidade Escolar Graciliano José de Sousa		129		
Unidade Escolar Prof Maria Alice Fonseca		64		
Unidade Escolar Prof Roberta Silva	272		325	
Unidade Escolar Profa. Evelina dias de Negreiro	134			
Unidade Escolar Antonio Gameleira Silva				91
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>509</b>	<b>325</b>	<b>245</b>

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

## 2.2. Demanda não atendida

## 2.2.1. O município possui levantamento atualizado do número de crianças fora da escola?

( ) Sim, complete a tabela abaixo:

(X) Não

Série/Ano	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°
Crianças não atendidas									

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 2.3. Permanência na escola

### 2.3.1. Taxa de abandono

Nível de Ensino	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R	U	R
Fundamental (séries iniciais)	7,6	8,6						
Fundamental (séries finais)	10,9	10,8						

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

### 2.3.2. Distorção idade-série

Nível de Ensino	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R	U	R
Fundamental (séries iniciais)	35,6	25,5						
Fundamental (séries finais)	61,9	73,2						

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

### Conversa com o gestor

É importante que a equipe gestora reflita sobre uma série de questões. Qual é a maior dificuldade de acesso na zona rural: é o transporte, a falta de vagas ou outra? Existem estudos visando à centralização de escolas nos anos finais do Ensino Fundamental? Na zona rural, as turmas são multisseriadas? Há abandono? Há algum projeto em execução visando sua diminuição? Qual significado pode ser atribuído ao fato de uma SME não possuir um controle efetivo da taxa de atendimento no Ensino Fundamental? Na Avaliação Diagnóstica, os gestores estimaram uma demanda não atendida? Como esses dados repercutem no planejamento educacional?

A quais razões o grupo atribui as situações apresentadas nas taxas de abandono e distorção idade-série? A SME desenvolve ações para conhecer as justificativas dessas taxas? Ela conhece as explicações dadas pelos alunos, pais, responsáveis e professores sobre as causas do abandono e da reprovação? A SME executa alguma ação específica com as escolas no sentido de reverter esses valores?

As instituições educativas conhecem os alunos que apresentam frequência irregular? Se, no sistema de ensino, há alunos trabalhadores matriculados em classes do Ensino Fundamental noturno, quais ações são desenvolvidas para garantir a frequência destes alunos? Qual é o significado desses dados para os gestores da educação, para a comunidade escolar e para os estudantes e suas famílias?

Existem escolas de Ensino Fundamental em número suficiente e com número adequado de alunos por classe? As condições físicas deixam a desejar? As escolas precisam de reformas em banheiros, telhados, manutenção, aquisição de mobiliário adequado?

## 2.4. Qualidade da educação

### 2.4.1. Formação dos professores (séries iniciais)

Formação dos professores (séries iniciais)	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R	U	R
Ensino Fundamental								
Ensino Médio	3	7						
Ensino Médio/ Magistério								
Ensino Superior (em curso)								
Ensino Superior completo	11	15						
Total	14	22						

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

### 2.4.2. Formação dos professores (séries finais)

Formação dos professores (séries finais)	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R	U	R
Ensino Fundamental								
Ensino Médio		1						
Ensino Médio/ Magistério								
Ensino Superior (em curso)								
Ensino Superior completo	7	23						
Total	7	24						

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

### 2.4.3. Média de alunos por sala:

40

#### 2.4.4. Taxa aprovação e reprovação

Nível	Taxa	Escolas			
		Municipais	Estaduais	Federais	Privadas
Ensino Fundamental (séries iniciais)	Aprovação	76,1			
	Reprovação	24,3			
Ensino Fundamental (séries finais)	Aprovação	70,9			
	Reprovação	30,5			

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

#### 2.4.5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Nível de Ensino/ Ano	Rede Municipal		Rede Estadual	
	2005	2007	2005	2007
Anos iniciais do Ensino Fundamental	2,4	2,9		
Anos finais do Ensino Fundamental	2,2	2,5		

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

#### 2.4.6. Resultado de Avaliações Externas

Avaliação/Ano	Escolas Municipais				Escolas Estaduais			
	Português		Matemática		Português		Matemática	
	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007
Prova Brasil – anos iniciais	129,3	143,9	149,5	163,9				
Prova Brasil – anos finais	207,4	209,8	230,6	215,3				

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

### Conversa com o gestor

Os exames nacionais são padronizados, as mesmas provas são aplicadas, indistintamente, em todas as localidades do país. Tais exames são importantes por representarem a aferição de conteúdos num dado momento, ou seja, uma aferição de produto que pode ser comparado, estudado e ter índices de melhoria propostos. Mas é igualmente importante que as avaliações se ampliem também para a avaliação institucional e que permitam a ressignificação dos projetos coletivos e das ações desenvolvidas pelas escolas.

O Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (Inep) é o órgão federal responsável por todas as avaliações nacionais da Educação Básica. Seu endereço é: <www.inep.org.br>.

### convite à reflexão



Na versão eletrônica, a equipe gestora continua o registro da memória do trabalho desenvolvido. Agora, o foco é a realidade educacional do Ensino Fundamental, prioridade absoluta da educação municipal.

## 3. Ensino Médio

Mesmo não sendo responsabilidade do município, cabe a ele estabelecer articulações com o sistema estadual de ensino, para garantir a oferta do Ensino Médio a todos os alunos egressos do Ensino Fundamental, em seu território.

### 3.1. Democratização do acesso e permanência

#### 3.1.1. Escolas que oferecem ensino médio e matrículas por série

Escolas	2007			
	1º ano	2º ano	3º ano	Total
E.E. Presidente Tancredo Neves	224	213	135	572

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

### 3.2. Qualidade na educação

#### 3.2.1. Taxa aprovação, reprovação e abandono

Indicador	Municipal	Estadual	Federal	Privado
Aprovação		60,8		
Reprovação		17,2		
Abandono		26,3		

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

#### 3.2.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Médio	Ideb observado	
	2005	2007
	2,4	2,7

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

**3.2.3. Resultado de Avaliações Externas – média do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**

	Município	Estado	Brasil
Média da prova objetiva	37,831	41,978	48,800
Média total (redação e prova objetiva)	43,835	46,467	51,664
Média da prova objetiva com correção de participação	31,365	41,351	48,244
Média total (redação e prova objetiva) com correção de participação	47,315	46,003	51,265

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

**3.2.4. Distorção idade-série**

Nível de Ensino	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R	U	R
Ensino Médio			85,3					

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

**3.3. Ensino profissionalizante****3.3.1. Há, no município, escola com ensino profissionalizante?**

- ( ) Sim  
(X) Não

**3.3.2. Em caso negativo, há solicitação explícita dessa modalidade de ensino pela comunidade?**

- ( ) Sim  
(X) Não

**convite à reflexão**

Na versão eletrônica, os gestores responsáveis pelo Ensino Médio, da Secretaria Estadual de Educação, serão convidados a analisar a realidade desse nível de ensino, identificando pontos a serem superados e potencialidades para sua superação.

**4. Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda é um dos grandes desafios da educação nacional, por buscar atender a uma população que não frequentou a escola ou não teve frequência escolar regular ao longo de sua vida. Uma das questões colocadas às redes/sistemas de ensino é refletir sobre os fatores que podem ser considerados responsáveis pela exclusão e/ou expulsão de jovens e adultos da EJA. A inadequação da proposta metodológica e curricular oferecida a esta clientela concorre como um dos principais fatores, mas vamos refletir sobre a EJA, no contexto do seu município.

**4.1. Democratização do acesso e permanência****4.1.1. Escolas, séries e número de matrículas**

Nome da Escola	Número de matrícula			
	EJA - Ensino Fundamental		EJA - Ensino Médio e Integrado	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Unidade Escolar Vital Luiz Da Costa		21		
Unidade Escolar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		22		
Unidade Escolar Prof. <sup>a</sup> Neli Antonio Dos Santos		61		
Unidade Escolar Graciliano José de Sousa		22		
Unidade Escolar Prof. <sup>a</sup> Maria Alice Fonseca		22		
Unidade Escolar Prof. <sup>a</sup> Roberta Silva	31			
Unidade Escolar Profa. Evelina dias de Negreiro				
Unidade Escolar Antonio Gameleira Silva		19		
Escola Municipal Bartolomeu Dias		37		
Escola Municipal Lagoa Grande		21		
Grupo Escolar José Paes Silva		24		
Grupo Escolar Gonçalo Dias		40		
Grupo Escolar Roberto da Rocha Soares		59		
Grupo Escolar José Honório Ferreira		22		
Grupo José de Oliveira Castro		88		
Pré Escola Assis de Barros	36			
Unidade Escolar Félix Antonio dos Santos		47		
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>505</b>		

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007.

**4.1.2. O município possui levantamento atualizado da demanda não atendida?**

- ( ) Sim, complete a tabela abaixo  
(X) Não

**4.1.3. Estimativa de demanda não atendida**

Característica da demanda	Número estimado da população
Alfabetização	
Pós-alfabetização	
Séries finais	

Fonte: Prefeitura Municipal de Abaporu, 2008.

## 4.2 Qualidade na educação

### 4.2.1. Formação dos educadores

Formação dos professores (séries iniciais)	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	U*	R*	U	R	U	R	U	R
Ensino Fundamental								
Ensino Médio	2	22						
Ensino Médio/ Magistério								
Ensino Superior (em curso)								
Ensino Superior completo	2	1						
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>23</b>						

Fonte: Brasil Hoje/ Inep, 2007 - (\*) U = Urbana, R= Rural.

### 4.2.2. Existe algum plano de adequação curricular à Educação de Jovens e Adultos?

Sim

Não

Qual?

*Há dois anos, a SME fez uma pesquisa com os alunos para saber o que eles gostariam que melhorasse na escola. Com o resultado da pesquisa, os professores realizaram estudos com materiais especializados sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, e fizeram algumas modificações no currículo: oferecem Ensino Fundamental, espanhol e cursos de artes (dança, música e artesanato) aos sábados. Assim, em uma das escolas, não são oferecidas aulas nas sextas-feiras e, nas outras, as aulas terminam mais cedo. Promoveram, ainda, algumas adequações no conteúdo das matérias e na forma de dar aulas.*

### convite à reflexão



Na versão eletrônica, novamente será solicitada a análise de dados e informações sobre a EJA, de modo a subsidiar o trabalho de identificar e registrar os entraves a serem superados e algumas potencialidades que podem auxiliar essa superação.

## 5. Educação Especial

A escola, como espaço institucional, deve garantir a heterogeneidade e o atendimento das diferenças – sejam cognitivas, de gênero, sociais, de etnias – para contribuir com a democratização do acesso e permanência da população, respeitando as individualidades e permitindo a superação das condições de exclusão social e das diferentes formas de discriminação que coexistem na sociedade.

### 5.1. Democratização do acesso e permanência

#### 5.1.1. Qual(ais) a(s) modalidade(s) oferecida(s) para a Educação Especial?

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Profissionalizante
- Educação de Jovens e Adultos
- Ensino Superior

### 5.2. Qualidade na educação

#### 5.2.1. Caso haja no município atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais em classes regulares da Educação Infantil e Ensino Fundamental, identifique as condições de trabalho oferecidas aos professores:

- Número máximo de alunos
- Professor ou estagiário auxiliar
- Formação continuada específica
- Nenhuma
- Outras:

#### 5.2.2. Em caso positivo, os professores recebem(ram) formação específica para atender aos alunos com necessidades especiais?

- Não
- Sim

### Conversa com o gestor

Quais ações para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais são desenvolvidas no seu município? Existe acompanhamento do processo de ensino e da aprendizagem destes alunos? Há alguma proposta de currículo específico para os alunos com necessidades educativas especiais? Os professores recebem apoio especializado para atenderem a seus alunos?



Na versão eletrônica, os gestores responsáveis pela Educação Infantil, ensinos Fundamental e Médio, da Secretaria Estadual de Educação, serão convidados a analisar a realidade do atendimento à Educação Especial no município.

## Síntese da Avaliação Diagnóstica

O gestor da educação não pode reduzir sua atenção apenas a uma ou outra situação-problema encontrada. Cabe-lhe articular cada uma delas com as ações em desenvolvimento e/ou previstas para visualizar o que precisa ser aperfeiçoado e/ou complementado nas iniciativas já assumidas. Ele precisa distinguir as situações emergenciais e priorizar o atendimento das mais significativas para a melhoria da educação no município, ou seja, aquelas que provocam alterações mais abrangentes e profundas. Essas situações-problemas e a Avaliação Diagnóstica serão apresentadas no Fórum de Educação para serem debatidas e analisadas pela comunidade, ampliando e diversificando os enfoques dados pelos gestores.

Ao longo dos itens 1, 2 e 3 da **Avaliação Diagnóstica**, a realidade do território foi analisada. No item 4, sua realidade educacional foi estudada, analisada e comentada, e mapeamos as potencialidades e os entraves.

Agora, na união dessas informações, temos a realidade educacional do município mapeada em seu contexto social. Há que se achar soluções para as situações-problemas identificadas, considerando as variáveis desse contexto. Esclarecendo: evasão e reprovação, por exemplo, são problemas presentes, em maior ou menor grau, em todos os municípios brasileiros, mas as variáveis de contexto que as geram são diferenciadas em cada território.

Então, o modo de superação dos problemas tem que ser encontrado em cada realidade, de acordo com a situação existente, por seus educadores e pela comunidade, pois, sem a menor sombra de dúvida, são os que mais acumulam conhecimentos sobre a educação praticada e a educação necessária para a construção do bem-estar de todos.

O material produzido, além de fazer parte do Plano de Educação (PE) em construção, será apresentado no Fórum de Educação – tema que será tratado no próximo item – para que a comunidade conheça mais profundamente a realidade educacional. Ao longo do processo de discussão dos dados, informações e interpretações realizadas pelos gestores, a comunidade oferece, ao poder público, um novo olhar e um novo parâmetro de análise, que, acrescidas com as informações oferecidas, irá se constituir no primeiro passo da construção do PE do município. Neste item 5, deve ser construído um texto que apresente um retrato da realidade educacional do município estudado.

## Fórum da Educação: análise coletiva das situações-problemas de Abaporu

O **Programa Melhoria** propõe a constituição de um Fórum da Educação no município como um espaço de diálogo entre a Secretaria de Municipal de Educação (SME) e a população, visando à construção coletiva do planejamento educacional e à criação de mecanismos de controle público de transparência e de validação das ações em desenvolvimento.

A presença de representantes de outras secretarias municipais neste processo é muito importante, pois, muito provavelmente, algumas das questões apontadas exigirão parcerias para seu atendimento ou poderão não estar no âmbito de governabilidade da Secretaria de Educação.

Constituir um Fórum de Educação tem os objetivos de:

- promover a reflexão e o debate sobre a política educacional no seu conjunto, estabelecendo os nexos necessários com as demais políticas presentes no município;
- promover a reflexão sobre o caráter que se pretende imprimir à educação no município, sempre em consonância com os princípios educacionais estaduais e nacionais;
- selecionar as prioridades segundo os eixos da Política Nacional da Educação: gestão democrática, democratização do acesso e permanência e qualidade na educação;
- potencializar os diversos programas e projetos em desenvolvimento pela SME e pelos demais setores das políticas públicas para o fortalecimento do processo educativo.

Na primeira reunião do Fórum de Educação os gestores apresentam a Avaliação Diagnóstica, junto com uma proposta de calendário anual de reuniões, para avaliação e acompanhamento da execução do PE. Nestas reuniões, a equipe gestora apresenta os procedimentos desenvolvidos: o que deu certo, o que deu errado, as providências tomadas, os encaminhamentos dados e os resultados obtidos. No diálogo com a comunidade, a SME pode ampliar sua capacidade de análise e proposição de alternativas, de modo a determinar os redirecionamentos necessários ao melhor desenvolvimento do PE.

## Composição do Fórum de Educação de Abaporu

- Aluno
- Pai e/ou responsável
- Professor
- Diretor de escola
- Coordenador pedagógico de escola
- Equipe central da SME
- Representante da Secretaria da Assistência Social
- Representante da Secretaria da Saúde
- Representantes de outras secretarias: *Administração e Finanças*
- CME
- Conselho Tutelar
- CMDCA
- Pastoral da Criança
- Igrejas: *2 representantes de igrejas evangélicas e o pároco*
- Movimentos sociais: *Sindicato Pequenos Produtores Rurais*
- Poder Legislativo: *Presidente da Câmara Municipal*
- Poder Judiciário:
- Prefeito/ representante do prefeito: *Vice-prefeita*
- Secretaria Estadual de Educação
- Rede privada de ensino
- Universidade: \_\_\_\_\_
- Outros: *Rádio Tporé, Coordenador do calendário cultural do município*

### dicário

Cada município constrói seus procedimentos para realização do Fórum à luz de sua realidade, buscando promover a participação de todos os segmentos da sociedade comprometidos com a educação no município. Podem ser constituídas parcerias para divulgação em rádios, alto-falantes, produção de cartazes e folhetos de divulgação. Outras secretarias e agentes municipais são envolvidos, como agentes de Saúde, equipes do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), entre outros. É fundamental que o Fórum de Educação privilegie a dialogicidade, definindo, com clareza, espaços para troca de ideias e experiências entre gestores e comunidade. Fóruns onde apenas os gestores se colocam costumam ser rapidamente esvaziados, pois a comunidade também quer que sejam ouvidas suas reivindicações e propostas.

## Sistemática de preparação

*Divulgamos via rádio, carro alto-falante, faixas no posto de saúde e cartazes nas escolas. Pedimos aos professores para convidarem cinco pais de cada escola para organizarem a escolha de cinco representantes de alunos, que deveriam ter mais de dez anos de idade. A secretária convocou também os conselhos, quando estão constituídos nas escolas.*

*Por determinação do prefeito, todos os professores e funcionários das escolas foram convidados e assinaram ponto no Fórum de Educação. A mesma providência foi tomada em relação aos agentes de Saúde e equipe do Cras. Oferecemos transporte na zona rural e também pastas com informações, lanches e almoço, em parceria com o comércio local.*

*Visitamos pessoalmente e convidamos pessoas envolvidas com movimentos organizados, como conselhos, igrejas, associações e sindicato dos pequenos produtores rurais. A vice-prefeita e os secretários de Saúde e Assistência Social estavam presentes. A escola estadual foi representada pelo diretor, dois professores e três alunos. Foram cerca de 120 participantes.*

## Dinâmica

Para cumprir com seus objetivos, o Fórum de Educação precisa ser organizado de modo a favorecer a participação de todos e o diálogo direto entre os gestores e as diferentes instituições representadas. Dependendo do número de participantes, o Fórum pode ser organizado de diversos modos. Organizar os trabalhos por grupos é uma estratégia que se mostra adequada.

É importante ressaltar que todos os grupos precisam registrar suas conclusões. Elas deverão ser recolhidas para, junto com as anotações feitas pelos gestores durante os debates, compor o quadro que orientará a priorização de situações-problemas e a proposição de ações, com o objetivo de transformar a realidade observada.

### O Fórum de Educação de Abaporu

Nosso Fórum foi estruturado em quatro momentos:

1. recepção dos participantes;
2. plenária de apresentação da Avaliação Diagnóstica;
3. trabalho em grupos;
4. plenária para compartilhamento das conclusões do grupo e encaminhamentos finais.

## 1. Recepção dos participantes

O Fórum foi realizado na Câmara Municipal com início previsto para 9h00 e término às 17h00. O almoço foi preparado e servido em uma das escolas da sede de Abaporu.

Desde às 8h00, organizamos uma mesa para receber os participantes, que assinaram uma lista de presença. Entregamos a cada participante uma pastinha contendo o programa do encontro, três folhas de papel, uma caneta, um vale almoço e um crachá com o nome da pessoa e o segmento representado.

## 2. Plenária de apresentação e discussão da Avaliação Diagnóstica

### A. Apresentações

Iniciamos anunciando os segmentos presentes e pedindo para que os representantes se levantassem. Destacamos a presença dos governos municipal e estadual e do legislativo.

O prefeito fez uma fala explicitando o apoio do executivo ao trabalho realizado e sua importância para a educação de Abaporu, apresentou as secretarias presentes e agradeceu a presença de todos. O presidente da Câmara Municipal falou do compromisso do legislativo com a educação no município. A seguir, a secretária de Educação apresentou a programação do dia. A equipe responsável pela elaboração da Avaliação Diagnóstica.

Os presentes encaminharam por escrito ou oralmente seus questionamentos, que foram imediatamente esclarecidos pela equipe gestora da SME.

### B. Distribuição de materiais

Cada instituição presente recebeu uma cópia da síntese final da Avaliação Diagnóstica, acompanhada de alguns dados que evidenciavam as situações-problemas destacadas.

## 3. Trabalho em grupos

Os participantes foram organizados em sete grupos com diversidade e de representação. Cada grupo ficou responsável por analisar um dos seguintes itens:

- Grupo 1 - Gestão Democrática
- Grupo 2 - Educação Infantil
- Grupo 3 - Ensino Fundamental (anos iniciais)
- Grupo 4 - Ensino Fundamental (anos finais)
- Grupo 5 - Ensino Médio
- Grupo 6 - Educação de Jovens e Adultos
- Grupo 7 - Educação Especial

Sempre tomando nota, para elaboração das conclusões dos grupos, os participantes passaram a debater a realidade em questão, com a seguinte orientação:

- analisar as situações-problemas, relacionando-as aos contextos social, histórico e cultural e destacando as potencialidades do município para seu enfrentamento;
- caracterizar a população implicada em cada situação-problema, ou seja, identificar sua realidade social, cultural, a faixa etária dos envolvidos e os programas e projetos direcionados a essa parcela da população;
- levantar as possíveis condições que originaram as situações-problemas e encaminhar alternativas para sua superação.

Durante todo o tempo, a equipe responsável pela elaboração da Avaliação Diagnóstica ficou à disposição dos grupos para eventuais esclarecimentos. Ao final, a equipe gestora recolheu uma cópia das conclusões dos grupos.

## 4. Plenária para compartilhamento das conclusões do grupo e encaminhamentos finais

- Apresentação dos grupos
- Abertura para debate
- Encaminhamentos finais: apresentação dos próximos passos e cronogramas de reuniões da equipe da SME com as equipes escolares e da agenda das próximas edições do Fórum de Educação.

A plenária foi coordenada pela secretária de Educação e três membros da equipe gestora fizeram o registro escrito dos debates realizados.

## Conclusões do Fórum de Educação

As conclusões do Fórum de Educação precisam ser registradas para fundamentar a proposição de ações que visam a transformar as situações-problemas prioritizadas. Sua organização, segundo os eixos das políticas públicas educacionais, as modalidades e os níveis de ensino, favorece o trabalho da equipe gestora da SME.

É apresentado a seguir o registro das conclusões que o Fórum de Educação de Abaporu desenvolveu a respeito do eixo democratização do acesso e permanência e uma prioridade eleita no eixo qualidade na educação para o Ensino Fundamental.

### O Fórum de Educação de Abaporu – Ensino Fundamental

#### Eixo: democratização do acesso e permanência

##### Situações-problemas prioritizadas

1. Os níveis de abandono e reprovação são muito elevados em todo o município.
2. Nosso Ideb aumentou, mas está muito abaixo do índice do estado e do Brasil.
3. Na sede, as classes da 3ª, 4ª, e 5ª séries estão com muitos alunos.
4. Ainda existem crianças que não estudam por falta de escola nos locais mais distantes.
5. Na zona rural, a maioria das classes são multisseriadas, o nível de aprendizagem é muito baixo e a reprovação é elevada.
6. Várias escolas estão com falta de funcionários, principalmente as da zona rural.
7. Várias escolas não têm pátio interno e/ou externo para a merenda e lazer.
8. A maioria das escolas da zona rural não possui mobiliário, materiais e equipamentos adequados, suficientes e em bom estado de uso.
9. Alguns alunos da zona rural que estudam na sede ou na escola centralizada ficam até três horas no ônibus escolar e, quando chegam, não recebem merenda.

##### População implicada

Todos em idade escolar, principalmente os moradores da zona rural, estão expostos à condição de estudar em escolas pobres, malcuidadas, com professores cansados e sem apoio. Nossas crianças, desde os filhos do prefeito até o mais humilde morador do campo, fazem as séries iniciais na escola municipal, mas quem tem família estudada tem ajuda em casa. A família que estudou acredita e ensina às crianças que a escola é muito importante e que elas não podem faltar. Também os professores ficam mais satisfeitos com os alunos que aprendem cada vez mais rápido, sabem se expressar e se comportar de modo adequado.

#### As condições que originaram cada situação

*A situação das escolas da zona rural é histórica, tanto em nosso estado quanto no Brasil. Existe uma cultura generalizada de que as crianças que vivem em municípios pequenos do interior precisam apenas ler e escrever um pouco e fazer contas mais simples. Quem não aprende, apesar das condições que a escola oferece, é rotulado pela família, comunidade e por ele mesmo como "aquele que não tem cabeça para os estudos". Assim, a escola fica como algo impossível, desvalorizado, e a vontade de aprender não cresce junto com nossas crianças.*

*Para mudar tudo isso, ainda que um pouco e em muito tempo, precisamos nos conscientizar e pressionar a prefeitura para priorizar a educação de todos, dentro e fora da escola.*

#### Encaminhamentos do Fórum de Educação

*Nossas escolas precisam ser mais cuidadas, mais limpas, bonitas e agradáveis para que os alunos não desistam tão facilmente. É preciso também mostrar aos pais a importância da escola na vida de seus filhos, fazendo com que eles não falem e façam as lições.*

*É preciso melhorar a merenda e não deixar que ela falte um dia sequer. Precisa melhorar o tempo gasto e a segurança no transporte dos estudantes.*

*Os professores precisam aprender a como dar aula de um modo novo para que as crianças aprendam mais e, nas classes multisseriadas, como dar aulas para todas as séries ao mesmo tempo. Isso realmente é possível? Como?*

*A prefeitura deve fazer um plano para que nosso Ideb chegue, ao menos, a ficar igual ao do nosso estado o mais rápido possível.*

#### Eixo: qualidade na educação

##### Situações-problemas prioritizadas

1ª - Classes multisseriadas

*A aprendizagem dos alunos nas classes multisseriadas é muito deficiente, os professores não conseguem lidar com muitos alunos e de séries diferentes, e não há quem os ajude. As condições de trabalho são muito ruins; chove dentro de muitas salas, o quadro-negro pequeno e sem pintura, não tem livros, não explicam como*

*usar alguns materiais enviados, ninguém ajuda as professoras, ninguém vai ver se a escola precisa de alguma coisa, passam meses sem que alguém visite as escolas, às vezes vai alguém levar merenda, mas na maioria das vezes ela vem no ônibus escolar. Se a professora precisar de alguma coisa ou ela deixa de dar aulas ou vai à sede na hora em que não trabalha.*

*Na escola de Passos da Misericórdia (onde tem uma sala, com duas turmas), além da carência generalizada de materiais, não tem banheiro e a merenda falha sempre. Em São José do Livramento (duas salas, com três turmas), várias telhas estão quebradas, não tem livros, a lousa está estragada, o chão esburacado e as carteiras estão em péssimo estado de uso. Chega a haver perigo de uma criança se machucar.*

#### População implicada

*Famílias moradoras da zona rural sem acesso a atividades esportivas, sociais e culturais, com baixa escolarização, que sobrevivem com menos de um salário mínimo por família; crianças sem vivência de pré-escola e as menores, muitas vezes, nunca saíram do campo, as maiores conhecem, no máximo, a sede e a cidade de Bom Pastor.*

#### As condições que originaram cada situação

*Falta de emprego, falta de acesso a bens culturais, falta de conhecimento dos direitos, descaso da prefeitura com as salas multisseriadas. As escolas da cidade e a centralizada, embora não sejam boas, são bem melhores do que as da zona rural. Ninguém sabe como ensinar todas as séries ao mesmo tempo e vemos ainda o baixo compromisso das famílias com a escola.*

#### Encaminhamentos do Fórum

*A SME precisa priorizar as classes multisseriadas, oferecendo um plano de apoio verdadeiro às professoras, melhorar as condições de higiene dos prédios (limpeza, banheiros e cozinha), reformar o telhado das escolas que apresentam vazamento, construir e/ou fazer manutenção nos banheiros, reformar as carteiras, pintar quadros de giz em todas as salas, rever as rotas de transportes dos alunos. Outra prioridade é a merenda escolar. A SME precisa se empenhar para oferecer merenda todos os dias e merenda inicial para quem vem de transporte escolar. Em mutirão apoiado pela prefeitura, cada escola pode organizar um grupo de pais para fazer campinho, jardim, horta, colocar bancos sob as árvores e se responsabilizar por sua manutenção. Cada professora deve fazer uma reunião com todos os pais para apresentar esse trabalho do Fórum de Educação.*

## Registro das falas da plenária

O registro elaborado durante o Fórum de Educação pelos participantes ao longo dos trabalhos e aqueles realizados pela equipe gestora durante os debates precisam ser organizados de modo a oferecer um retrato esclarecedor da realidade educacional do município em cada nível e modalidade, respeitando os eixos da política educacional.

A seguir, é exemplificado o registro realizado pela equipe da SME.

### Anotações da equipe da SME: falas mais significativas do Grupo 3

#### Ensino Fundamental

- 1. As crianças dos lugares mais distantes ficam sem escola porque não tem estrada para passar o ônibus. Quando chove, o ônibus não passa na maioria das escolas. Nem a professora chega e não há aula. Às vezes, elas ficam sem aulas uma semana.*
- 2. Isso é pior para quem estuda na sede, porque na nossa região (Manequinho Marega) não tem escola a partir da 5ª série. Então, ou eles reprovam porque faltam muito ou as professoras os "empurram" para a série seguinte, pois entendem que eles não faltam por vontade própria. Mas, desse modo, os meninos saem da escola não sabendo o que é preciso, e eles ficam sempre com saber inferior aos meninos da cidade.*
- 3. Também tem criança que sai de casa às 5h30 sem comer nada e só vai comer alguma coisa no meio da manhã. Como vão aprender fracos e com fome? Podiam dar um copo de leite e um pão para quem vem de longe (Palmeirinha) e para todos os que vêm de ônibus.*
- 4. As professoras de Serra são muito boas, mas tem uma em Água Preta que, além de chegar atrasada, é muito confusa, ninguém entende direito o que ela explica. Um aluno disse que a sala fica numa bagunça tão grande que não dá para fazer nada. Ele está na 4ª série e lê pior do que eu que fiz até a segunda. Ele já sabe que vai parar no ano que vem para trabalhar, porque nunca vai aprender as matérias da escola da sede. (5ª série) (pai)*
- 5. As mães precisam ser avisadas quando os filhos têm problemas na escola.*
- 6. É mesmo, a escola precisa avisar que a criança está faltando, que não faz lição.*
- 7. Mas vocês precisam ir às reuniões de pais, pois depois as crianças reprovam e desanimam de vir à escola.*
- 8. Na nossa escola, não tem livros, no entanto, às vezes, chegam materiais que não sabemos usar ou que não servem para nossas crianças. Tem coisa que ninguém usa e o que precisamos não tem!*

9. *As pessoas têm medo de reclamar, o que é muito ruim, pois como cada um pensa primeiro em si e na sua família, fica tudo do mesmo jeito.*
10. *Eu dou aula aqui desde 1992 e nunca ninguém foi me ajudar a descobrir como ensinar matemática aos adolescentes que chegam na 5ª série sem nem saber adição. As professoras das séries iniciais também ficam perdidas. E quando as crianças repetem o ano, todo mundo vem reclamar. Quando vem a Prova Brasil é um "Deus nos acuda"!*
11. *As aulas são muito chatas, não sei por que preciso aprender equação se nunca vou precisar disso.*
12. *Vai precisar no Ensino Médio.*
13. *Eu não quero fazer faculdade, vou ser vendedor como meu pai.*
14. *Eu estou no 1º ano do Ensino Médio e até agora não temos professor de Física e de Química, quem dá aula é o professor de Matemática que é muito bom, mas para Matemática.*
15. *Quando o professor falta, os rapazes ficam jogando bola e nós nunca podemos fazer nada, pois eles saem correndo na frente e tomam conta do campinho.*
16. *Falta de funcionários. Nossas escolas estão com falta de pessoal, não tem ninguém para olhar os alunos, fazer o trabalho administrativo, a diretora e a coordenadora precisam fazer isso e não têm tempo para sua função que é apoiar os professores. Sem contar que tem professor que falta muito.*
17. *E aí a gente não aprende.*
18. *Mas também não aprendem com a Dona Teresa que não falta nunca, mas não ensina; o que os alunos precisam é estudar para aprender e não reprovar.*
19. *Mas quem não aprende precisa mesmo repetir.*
20. *Mas tem que ter a chance de aprender de outro modo e tem o dever de estudar.*
21. *Tem família que larga a criança e tem escola que também faz isso, mas a maioria é boa e cuida bem.*

## Intervenção na Educação Básica de Abaporu

Realizado o diagnóstico educacional do município e sua discussão no Fórum da Educação, é chegado o momento de tomar decisões e fazer encaminhamentos, intervindo na realidade para provocar as mudanças e melhorias desejadas. Essa etapa dos trabalhos implica considerar tudo o que já foi realizado até então, envolvendo:

- clareza no que diz respeito aos princípios da educação nacional e aos limites legais a serem observados no planejamento das ações da SME;
- definição e sistematização das ações que deverão ser realizadas em função dos dados do diagnóstico educacional e de sua análise;
- organização da estrutura e procedimentos de trabalho da SME, de modo a permitir a melhor e mais ampla execução das ações, sua avaliação e seu replanejamento, quando for o caso;
- execução das políticas educacionais, por meio de ações pautadas nos princípios da gestão pública democrática do sistema de ensino, da garantia de pleno acesso, da permanência do educando e da melhoria da qualidade das práticas de ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem dos alunos;
- articulação entre as diversas ações, de modo a atender às principais demandas e às características do município;
- avaliação das ações e dos programas de políticas públicas, na busca de sua efetividade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, foi definida com base nos princípios e direitos estabelecidos pela Constituição Federal (CF) de 1988. Qualquer ato legal referente à educação, de qualquer ente federado, deve respeitar essas leis, que funcionam como parâmetros de referências para validar e nortear as formulações de normas e procedimentos adotados pela administração pública. Em observância a estas duas leis e às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), os municípios brasileiros, ao definirem seus princípios da política educacional, precisam considerar que o Plano de Educação (PE) deve se comprometer com a gestão democrática e pública dos sistemas de ensino, com a garantia do direito ao pleno acesso, com a permanência dos alunos e com a melhoria na qualidade das práticas de ensino e dos níveis de aprendizagens dos alunos.

Também é importante consultar o Plano Estadual de Educação (PEE), caso exista.



dicário

## O planejamento educacional – Plano de Educação

O Programa Melhoria sugere que o planejamento educacional seja registrado de forma simples e clara, esclarecendo e justificando as prioridades colocadas e as ações propostas, assim como as formas, os prazos e os responsáveis por sua execução, acompanhamento e avaliação. Este registro deve ser organizado com base nos seguintes itens: princípios, objetivos, metas, ações, estratégias, recursos materiais, equipe, cronograma, avaliação. A seguir, serão apresentados trechos do Plano de Educação de Abaporu, a título de ilustração. Para oferecer uma visão panorâmica da construção de um planejamento educacional, é apresentado o plano completo do eixo democratização do acesso e permanência para o Ensino Fundamental e apenas uma prioridade, no eixo qualidade na educação, também para o Ensino Fundamental, para as classes multisseriadas.

Ao oferecer o conjunto das ações para um eixo, quisemos demonstrar a necessidade de se analisar a situação-problema a ser transformada por meio de vários enfoques e de forma coordenada. Assim, a indicação dos objetivos não deve ser considerada de forma linear, pois, embora vinculados a um determinado eixo/dimensão, em função de sua característica principal, não deixam de conter aspectos que também se relacionam a outros. Por exemplo, a distribuição de material didático para os estudantes é, sem dúvida, uma política de incentivo ou indução à permanência do aluno, mas não se restringe a isso. Remete também à melhoria das condições de trabalho para os professores e de aprendizagem para os alunos, incidindo, em última instância, sobre a melhoria da própria qualidade do ensino.

A avaliação deve ser iniciada antes mesmo do começo da ação (Avaliação Diagnóstica, já realizada) e permanecer durante sua execução (avaliação de processo, a ser registrada neste plano), destacando-se os resultados finais obtidos, logo depois de concluído o cronograma de realização (avaliação dos resultados, a ser registrada neste plano). A avaliação dos resultados deve ser feita após determinado tempo para se verificar sua repercussão, na prática docente, em médio e longo prazos (avaliação de impacto, a ser planejada oportunamente).

### Conversa com o gestor

**Princípios** – Parâmetros de referência para validar e nortear as políticas públicas, normas e procedimentos. Os princípios educacionais são definidos pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Municipal de Educação.

**Objetivos e metas** – Objetivos explicitam onde se quer chegar. Sua clareza e precisão possibilitam que o grupo estabeleça ações adequadas e viáveis. Já as metas são mais concretas; são quantificadas e estabelecem prazos.

**Ações e estratégias** – Por meio da definição das ações, atinge-se os objetivos e as metas estabelecidas e, conseqüentemente, os resultados esperados. Já as estratégias detalham como as ações serão concretizadas e implementadas.

**Recursos materiais e equipes** – Na definição das ações, deve-se observar a adequação entre os recursos disponíveis e os necessários à sua execução. É preciso que os recursos materiais e orçamentários, assim como a equipe necessária, sejam claramente explicitados.

**Cronograma** – Implica organizar todas as etapas do Plano de Educação no tempo. É fundamental que seja feito de forma articulada entre as ações da SME.

**Avaliação** – O acompanhamento e a avaliação das ações permitem que as equipes tenham clareza de seu desenvolvimento. Pode-se, desse modo, compreender o que está sendo efetivamente realizado e o que precisa ser corrigido ou reformulado.

## Conversa com o gestor

Para efeito deste exercício, fizemos dois recortes deste Plano. O primeiro se refere ao eixo "democratização do acesso e permanência", tratado de modo igual para todos os níveis e modalidades de ensino.

O segundo se refere ao eixo "qualidade na educação", que é tratado apenas para as classes multisseriadas do Ensino Fundamental.

## Plano de Educação de Abaporu

### Princípios e eixos

*O Plano de Educação (PE) será realizado à luz dos princípios e dos parâmetros legais que norteiam a educação nacional.*

*O PE compromete-se com os seguintes princípios: gestão democrática e pública dos sistemas de ensino; garantia do direito ao pleno acesso e à permanência dos alunos; melhoria na qualidade das práticas de ensino e dos níveis de aprendizagem.*

*A avaliação do PE tem a intenção de fortalecer a transparência e a democratização da gestão no município, e, ainda, de obter maior eficácia, mediante acompanhamento que lhe permita checar o êxito das ações e/ou as medidas adotadas para sua reorientação.*

*A fim de viabilizar a execução e a avaliação do PE, a equipe gestora passará por um processo de reestruturação, pelo qual serão redefinidas as competências, as rotinas e os procedimentos de trabalho na Secretaria Municipal de Educação.*

## Plano de Educação de Abaporu – 1º recorte

### Eixo: democratização do acesso e permanência

#### Todos os níveis e modalidades de ensino

Objetivos / metas	Ações / Estratégias de trabalho
<b>1. Promoção do acesso e disponibilidade de vagas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir, junto com outros setores da administração municipal e as comunidades, uma política de construção, manutenção, conservação e utilização de prédios e equipamentos de todas as escolas.</li> <li>Atender e acomodar adequadamente todos os alunos: a partir dos seis anos no EF e a partir dos cinco na EI, incluindo os portadores de necessidades educativas especiais.</li> <li>Otimizar a utilização dos espaços escolares e comunitários em todas as comunidades.</li> <li>Evitar, em toda a rede, o desperdício de materiais e o sucateamento do patrimônio público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões com as comunidades escolares, envolvendo outros setores da administração municipal, para discutir formas de melhor utilização dos espaços escolares e comunitários.</li> <li>Reuniões com a equipe da SEE para planejar o atendimento conjunto aos alunos do EF.</li> <li>Definição, junto com o secretário de Obras, de um plano de construção e manutenção de prédios, inclusive com adequação dos espaços escolares aos portadores de necessidades educativas especiais.</li> <li>Criação de instrumentos (fichas, questionários, relatórios, consultas à comunidade) para mapeamento e levantamento sistemático do atendimento à demanda.</li> <li>Definição, junto com os diretores e as comunidades escolares, de formas de conservação dos espaços e dos equipamentos escolares.</li> </ul>
<b>2. Promoção de políticas indutoras da permanência do aluno na escola</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Prover todas as escolas com o mobiliário e o material básico para o andamento das aulas (giz, apagador e material escolar para os alunos).</li> <li>Incentivar e apoiar, em todas as escolas, a diversificação do trabalho pedagógico do professor e a organização de ambientes educacionais lúdicos, agradáveis e que promovam o interesse e o gosto pela leitura, sempre respeitando a cultura familiar e comunitária dos alunos e seu nível de maturidade.</li> <li>Definir políticas voltadas ao suporte à ação pedagógica de todas as escolas: alimentação e transporte escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição, junto com os diretores e comunidades escolares, de formas de provimento dos materiais necessários ao bom andamento pedagógico das escolas.</li> <li>Aquisição de materiais para ornamentação dos espaços escolares, de livros para organização de cantos de leituras nas classes e de outros materiais pedagógicos de uso coletivo, como jogos e brincadeiras.</li> <li>Garantia de oferta suficiente de alimentação escolar; elaboração de cardápio que supra as necessidades nutritivas e atenda aos hábitos alimentares dos alunos, manutenção dos espaços e equipamentos destinados à elaboração da merenda escolar e à capacitação das merendeiras.</li> <li>Aquisição, manutenção sistemática e adaptação dos veículos de transporte escolar aos portadores de necessidades educativas especiais, otimização de roteiros e capacitação dos motoristas.</li> <li>Criação de instrumentos (fichas, questionários, relatórios) e de mecanismos de comunicação escola-órgão central para, com agilidade, suprir a demanda de material e resolver problemas referentes à merenda e ao transporte.</li> </ul>

Objetivos / metas	Ações / Estratégias de trabalho
<b>3. Combate à exclusão escolar: erradicação do abandono</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Erradicar totalmente o abandono nas escolas da rede municipal de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões sistemáticas com as equipes escolares para identificar causas do abandono, estabelecer procedimentos de acompanhamento à frequência e de comunicação com as famílias e com o Conselho Tutelar, bem como de estratégias para que os alunos faltosos retornem à escola.</li> <li>• Criação de mecanismos e instrumentos de controle constante da frequência dos alunos.</li> </ul>
<b>4. Combate às causas da distorção idade-série</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir a reprovação nas escolas de EF da rede municipal em 20%;</li> <li>• Reduzir em 70% a defasagem idade-série nas séries iniciais e em 50% nas séries finais.</li> <li>• Elevar o Ideb da rede municipal, de modo a alcançar no mínimo 3.0 nas séries iniciais e 3.2 nas séries finais do EF.</li> <li>• Elevar em 20% do desempenho da rede na Prova Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões sistemáticas com as equipes escolares para identificar causas da reprovação elevada, estabelecer procedimentos de acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos.</li> <li>• Elaboração, execução e acompanhamento de plano de orientação sistemática ao trabalho das equipes escolares e, em especial, dos professores.</li> <li>• Desenvolvimento de projetos de atendimento imediato aos alunos com maiores dificuldades, no contraturno, de modo a evitar o acúmulo de dificuldades.</li> <li>• Desenvolvimento de projetos de aceleração de aprendizagem para os alunos que se encontram com dois anos ou mais de atraso em relação à série adequada.</li> </ul>
<b>5. Diminuição gradativa da taxa de analfabetismo</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir em 50% o analfabetismo entre pessoas de 15 ou mais anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão, na sede do município, e implantação, na zona rural, de classes de alfabetização de adultos, com ampla divulgação de locais e vagas.</li> </ul>
<b>6. Adequação do número de trabalhadores</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover todas as escolas e o órgão central de profissionais em número suficiente, de modo a garantir o melhor atendimento e acompanhamento à educação escolar.</li> <li>• Diminuir o número de alunos em sala de aula para o máximo de 35 no EF.</li> <li>• Diminuir o número de crianças por educador para o máximo de 20 na EI.</li> </ul> <p><b>OBS: espera-se que, no final de quatro anos, os objetivos aqui propostos sejam alcançados.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituição de Planos de Carreira para o Magistério e Pessoal de Apoio.</li> <li>• Realização de concursos públicos de provas e títulos para todos os cargos de magistério e de apoio escolar.</li> <li>• Adequação do número e provimento da equipe escolar e de funcionários para cada escola, em função do número de alunos e de classes, inclusive com previsão de professores substitutos para cobrir faltas e licenças.</li> <li>• Adequação do número e provimento de funcionários e técnicos no órgão central, em função do número de escolas a serem atendidas.</li> <li>• Criação de instrumentos (fichas, questionários, relatórios) e de mecanismos de comunicação escola-órgão central para suprir com agilidade a demanda de pessoal.</li> </ul>

Acompanhamento e avaliação
<b>1. Promoção do acesso e disponibilidade de vagas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro das reuniões e retomada constante dos combinados.</li> <li>• Sistematização dos contatos com o secretário de Obras para monitorar a execução do plano de construção e manutenção de prédios escolares.</li> <li>• Visitas sistemáticas às escolas para observar a conservação e a utilização dos espaços e equipamentos e levantar necessidades.</li> <li>• Consulta periódica aos instrumentos e elaboração de mapas de atendimento à demanda.</li> </ul>
<b>2. Promoção de políticas indutoras da permanência do aluno na escola</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas periódicas às escolas para verificar: <ul style="list-style-type: none"> <li>- a existência e utilização de livros, materiais escolares e pedagógicos de uso coletivo, bem como de necessidades pendentes;</li> <li>- utilização e organização dos espaços escolares;</li> <li>- suficiência e qualidade da merenda e condições de armazenamento e preparo;</li> <li>- roteiros e condições de manutenção do transporte escolar.</li> </ul> </li> <li>• Consulta periódica aos instrumentos referentes às demandas materiais das escolas.</li> </ul>
<b>3. Combate à exclusão escolar: erradicação do abandono</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento sistemático dos registros de acompanhamento à frequência dos alunos e da comunicação com as famílias e com o Conselho Tutelar e de visitas sistemáticas e periódicas às escolas.</li> <li>• Monitoramento por escola, por meio de relatórios, da frequência dos alunos e das providências tomadas com relação aos alunos faltosos ou que abandonam os estudos.</li> </ul>
<b>4. Combate às causas da distorção idade-série</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento da adequação das atividades, da frequência e do aproveitamento dos alunos nas aulas de recuperação.</li> <li>• Monitoramento da adequação das atividades, da frequência e do aproveitamento dos alunos das classes de aceleração da aprendizagem.</li> </ul>
<b>5. Diminuição gradativa da taxa de analfabetismo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões com os professores para monitorar sistematicamente as matrículas e as condições de funcionamento das classes, bem como o aproveitamento e a frequência dos alunos de alfabetização de adultos.</li> </ul>
<b>6. Adequação do número de trabalhadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento sistemático da suficiência, assiduidade e estabilidade das equipes escolares, bem como da demanda de pessoal, por meio da análise dos instrumentos.</li> <li>• Elaboração e divulgação periódica de relatórios sobre o número de remoções, licenças, substituições e nomeações de professores e demais integrantes das equipes escolares.</li> <li>• Observação e divulgação das providências quanto à instituição do Plano de Carreira e da realização de concursos públicos.</li> </ul>

Recursos financeiros	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quanto ao transporte escolar: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate).</li> <li>• Merenda: Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).</li> <li>• Material didático e pedagógico: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e orçamento municipal.</li> <li>• Material escolar: orçamento municipal.</li> <li>• Construção, ampliação e manutenção de prédios: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e orçamento municipal.</li> <li>• Mobiliário e equipamentos: PDDE, PNDE e orçamento municipal.</li> <li>• Atividades de formação e capacitação de profissionais relacionados à educação: orçamento municipal e projeto enviado ao MEC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O prazo para desenvolvimento das ações é de quatro anos.</li> <li>• As equipes responsáveis, considerando o prazo previsto, elaborarão cronogramas de trabalho e estabelecerão competências e responsabilidades.</li> </ul>

### Conversa com o gestor

O exemplo apresentado a seguir se refere às séries iniciais do Ensino Fundamental no eixo qualidade na educação. Ele foi concebido dentro do seguinte procedimento: Abaporu reuniu todas as professoras dessas séries para a definição dos padrões de qualidade almejados para as séries iniciais. A partir desse consenso, cada tipo de organização de classes e séries elaborou seu plano para atingir os objetivos estabelecidos para cada série e área de conhecimento trabalhada. Aqui é apresentado apenas o plano referente às classes multisseriadas; seu primeiro objetivo/meta, primeira ação e primeira estratégia de trabalho retratam o momento inicial coletivo.

## Plano de Educação de Abaporu – 2º recorte

### Eixo: qualidade na educação

#### Ensino Fundamental: classes multisseriadas

Objetivos / Metas	Ações / Estratégias de trabalho
<b>Garantir aos alunos das classes multisseriadas os mesmos patamares de aprendizagem dos alunos de classes unisseriadas</b>	
Ações	Estratégias de trabalho e responsabilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer padrões de qualidade de aprendizagem comuns a todas as classes das séries iniciais do EF.</li> <li>• Desenvolver, com base nos materiais de apoio diversificados e das experiências dos próprios professores, procedimentos metodológicos adequados às multisséries.</li> <li>• Assessorar e apoiar o trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras das classes multisseriadas.</li> <li>• Documentar a "memória pedagógica" das classes multisseriadas no município.</li> <li>• Alocar professores auxiliares ou estagiários para classes multisseriadas com mais de 20 alunos.</li> </ul> <p><b>OBS: espera-se que, no final de quatro anos, os objetivos aqui propostos sejam alcançados.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontro inicial com todos os professores das séries iniciais (zonas urbana e rural) e as equipes técnicas das escolas para discutir e definir parâmetros.</li> <li>• Reuniões periódicas e sistemáticas com os professores de multisséries para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- exploração e estudo de materiais voltados ao planejamento de atividades diversificadas para classes multisseriadas;</li> <li>- relatos e análises de experiências;</li> <li>- estabelecimento de rotinas comuns de trabalho;</li> <li>- planejamento de atividades para grupos diversificados de alunos;</li> <li>- discussão e avaliação do desenvolvimento das aulas.</li> </ul> </li> <li>• Mostras dos trabalhos de alunos e professores.</li> <li>• Visitas periódicas e sistemáticas a todas as classes multisseriadas para acompanhamento, levantamento de dificuldades e orientação aos professores.</li> <li>• Encontros semestrais para apresentação das atividades planejadas e seus resultados nas produções dos alunos.</li> <li>• Registro escrito dos padrões de qualidade levantados e dos planos elaborados conjuntamente.</li> <li>• Registros escritos, fotos, vídeos etc. das reuniões e encontros, das visitas às escolas, da exposição dos trabalhos das professoras e das produções dos alunos.</li> <li>• Produção de um Caderno de Práticas, com atualização anual, a ser distribuído a todas as professoras das classes multisseriadas.</li> <li>• Definição de orçamento e procedimentos legais para contratação e de providências quanto à formação de professoras auxiliares.</li> </ul>

### Acompanhamento e avaliação

#### 1. Garantir aos alunos das classes multisseriadas os mesmos patamares de aprendizagem dos alunos das classes unisseriadas

- Avaliações orais e escritas realizadas pelos participantes dos encontros e reuniões.
- Registro das pautas e desenvolvimento dos encontros e reuniões, com retomada e avaliação constante dos combinados.
- Visitas sistemáticas às escolas para monitorar:
  - a assiduidade dos professores;
  - a prática pedagógica dos professores, a aplicação e a adequação dos planos elaborados conjuntamente;
  - a frequência e a aprendizagem dos alunos;
  - dificuldades encontradas.
- Retomada e análise das avaliações dos professores, produções de alunos, pautas dos encontros, listas de presença, relatórios de visitas.

Recursos financeiros	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos da educação previstos no orçamento da prefeitura.</li> <li>• Parcerias locais quanto a locais e divulgação dos eventos: Câmara Municipal, rádio Tporé e Galpão dos Sanfoneiros.</li> <li>• Parcerias com comércio local, empresas e sindicatos quanto à impressão do Caderno de Práticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O prazo para desenvolvimento das ações é de quatro anos.</li> <li>• A equipe responsável pelas classes multisseriadas, considerando o prazo previsto, elaborará cronograma de trabalho, a saber:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>- encontros de professores: todo ano, em fevereiro e julho;</li> <li>- reuniões com professores: quinzenais;</li> <li>- visitas às escolas: quinzenais;</li> <li>- mostras de trabalhos: todo ano, em outubro;</li> <li>- Caderno de Práticas: todo ano, em dezembro.</li> </ul> </li> </ul>

## Reorganização da Secretaria Municipal de Educação

Com o Plano de Educação (PE) elaborado e sistematizado, a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) pode se ver diante de uma situação difícil: ao mesmo tempo em que as ações previstas são fundamentais para uma efetiva melhoria da realidade educacional do município, esse desafio pode ser praticamente impossível de ser realizado. A equipe percebe que dificilmente conseguiria executar todas as ações da forma como foram pensadas e organizadas, até porque muitos têm a consciência de "não dispõem de tempo" para tudo o que proposto. O que pode ser feito?

Na maioria das vezes, quando se analisa as condições de trabalho das Secretarias de Educação, fica evidente que os membros da equipe não têm clareza de suas funções e responsabilidades e que as tarefas que costumam realizar se voltam prioritariamente à parte burocrática, à documentação da vida escolar dos alunos e aos afazeres administrativos de maneira pouco articulada e organizada. É comum a equipe desconhecer o que os colegas fazem, e muitas tarefas e responsabilidades são assumidas exclusivamente pela secretária de educação, o que centraliza demais algumas decisões e atrasam muitas outras a serem tomadas.

Também se constata, em muitos municípios, a inexistência de um acompanhamento pedagógico efetivo de escolas e professores, e a má utilização dos horários pedagógicos coletivos não suprem essa lacuna, pois, quando acontecem, são priorizadas a correção de provas, preenchimento de diários e informes administrativos.

Ao se analisar mais profundamente essa realidade, chega-se à conclusão de que não é exatamente a falta de tempo que pode comprometer a execução do Plano de Educação, e sim a estrutura e as dinâmicas internas da SME, com sobreposição de funções e responsabilidades e pouca ou nenhuma atenção ao seu motivo principal de existir, isto é, a formação escolar dos alunos. Pode não se tratar de "colocar mais tempero na comida", e sim de "mudar o prato" a ser servido.

O primeiro passo para criar condições administrativas mais favoráveis à execução de uma política pública de qualidade na educação pode ser a redefinição de funções e responsabilidades dos membros da SME e o estabelecimento de reuniões semanais com todos os membros da equipe central para discutir e avaliar seu cotidiano, o cotidiano das unidades escolares e as últimas atividades realizadas para que todos possam participar ativamente da política educacional, ao mesmo tempo em que contam com a ajuda e o apoio dos colegas para o cumprimento das responsabilidades individuais e coletivas. Esses encontros devem ser registrados e retomados no início de cada encontro para que seja avaliado o cumprimento adequado dos encaminhados dados na semana anterior.

Outras vezes, essa avaliação das condições de trabalho do órgão central constata uma clara demanda por mais funcionários para atuar pedagogicamente no apoio e formação continuada de professores e escolas, ou pela contratação de auxiliares administrativos para desonerar os assistentes pedagógicos dessas tarefas.

Toda reestruturação realizada precisa ser registrada e divulgada entre os funcionários do órgão central e das unidades escolares. Todos precisam saber que, por exemplo, toda segunda-feira o atendimento

será iniciado às 13h00, pois a equipe estará em reunião das 8h00 às 12h00. Precisam também conhecer as atribuições de cada funcionário para saberem a quem se dirigir quando forem à SME.

Continuando a proposta desse caderno, de ilustrar, por meio de Abaporu, o fazer que leva à concretização do planejamento educacional do município, segue o modelo por eles adotado.

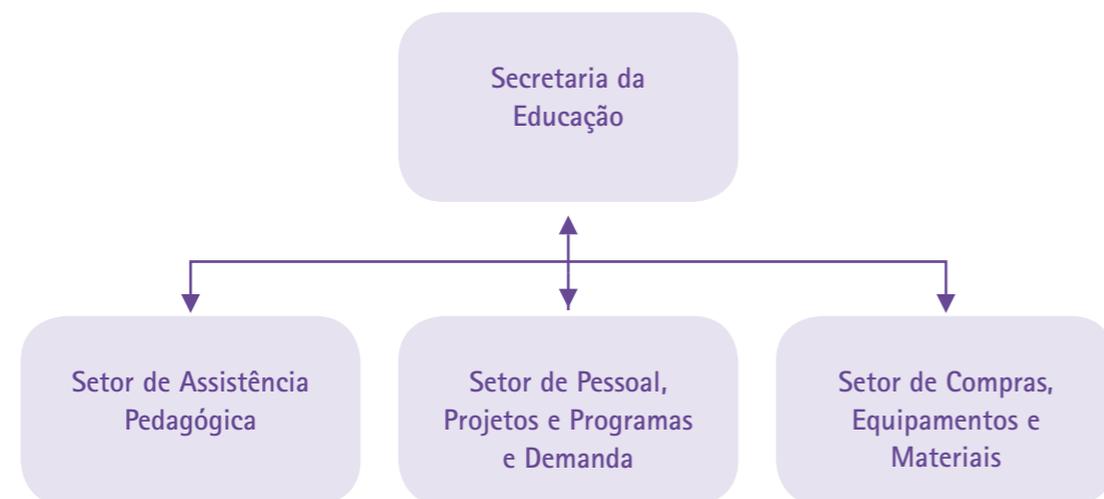
### 3.1 Reestruturação

#### Decisões:

1. Estender o horário de funcionamento gradativamente até atingir o período completo, ou seja, das 8h00 às 17h00 com uma hora de almoço. No primeiro ano, o horário será ampliado nas quintas-feiras. No segundo ano, serão ampliados mais dois dias e, no terceiro ano, será ampliado mais um dia.
2. Organizar a SME em Setor de Assistência Pedagógica, Setor de Pessoal, Projetos e Programas e Demanda e Setor de Compras, Equipamentos e Materiais. Os três setores, apesar de independentes, devem atuar de modo articulado e coordenado.
3. Realização de reunião semanal com toda a equipe central às quintas-feiras 8h00 às 12h00.
4. Realização de reunião mensal da equipe central com diretoras.
5. Realização de reunião bimestral da equipe central com presidentes de Conselhos de Escolas.
6. Realização de reunião quinzenal das assistentes pedagógicas com as coordenadoras pedagógicas.
7. Realização de encontros semestrais com o Fórum de Educação.
8. Selecionar e designar duas pedagogas para completar o quadro da assistência pedagógica.
9. Designar um professor para o Setor de Compras, Equipamentos e Materiais.
10. Contratar uma auxiliar administrativa para apoiar o Setor de Pessoal, Demanda e Programas e o Setor de Compras, Equipamentos e Materiais.

#### Organograma

### 3.2 Atribuições e responsabilidades



### Quadro de atribuições e responsabilidades da equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação (\*)

Nome	Cargo/ formação	Funções
Dirigente: Hermínia da Cruz e Lima	Secretária/ Magistério Superior	Coordenar os trabalhos no âmbito da SME representando-a junto ao prefeito, ao legislativo municipal e demais instâncias e instituições.  Negociar com os entes federal e estadual a ampliação do regime de colaboração.
Maria da Penha Araújo	Assistente pedagógica/ Pedagogia	Coordenar o trabalho pedagógico das classes multisseriadas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• definindo, em parceria com todas as professoras, os parâmetros de qualidade de aprendizagem desejados para o Ensino Fundamental e, conseqüentemente, para as classes multisseriadas;</li> <li>• assessorando, acompanhando e avaliando o trabalho pedagógico desenvolvido nas classes multisseriadas, visando à construção de metodologia que elevem os níveis de aprendizagem;</li> <li>• divulgando os trabalhos realizados;</li> <li>• registrando todo o caminho percorrido na construção de procedimentos metodológicos e parâmetros educacionais para as classes multisseriadas.</li> </ul>
A ser designada	Assistente pedagógica/ Pedagoga	Coordenar o trabalho pedagógico das séries iniciais do Ensino Fundamental: <ul style="list-style-type: none"> <li>• definindo, em parceria com todas as professoras, parâmetros de qualidade de aprendizagem desejados para o Ensino Fundamental séries iniciais;</li> <li>• assessorando, acompanhando e avaliando o trabalho pedagógico desenvolvido nas séries iniciais, visando à construção de metodologia que elevem os níveis de aprendizagem;</li> <li>• divulgando os trabalhos realizados;</li> <li>• registrando todo o caminho percorrido na construção de procedimentos metodológicos e parâmetros educacionais para as séries iniciais.</li> </ul>
Júlia Camargo da Cruz e Lima	Assistente pedagógica/ Licenciatura em Língua Portuguesa	Coordenar o trabalho pedagógico das séries finais do Ensino Fundamental (como aqui não estão apresentadas as ações do eixo qualidade na educação para as séries finais do Ensino Fundamental, não são apresentadas as responsabilidades).
A ser designada	Assistente pedagógica/ Pedagoga	Coordenar o trabalho pedagógico na EJA (como aqui não estão apresentadas as ações do eixo qualidade na educação para EJA, não são apresentadas também as responsabilidades).
Ana Luiza dos Santos Albuquerque	Assistente pedagógica / Magistério com especialização em Educação Infantil	Coordenar o trabalho pedagógico das escolas de Educação Infantil (como aqui não estão apresentadas as ações do eixo qualidade na educação para as séries finais a Educação Infantil, não são apresentadas as responsabilidades).

Nome	Cargo/ formação	Funções
Josué Antô- nio Reis	Responsável pelo Setor de Pessoal, Demanda e Programas / Licenciatura História	Realizar e analisar os dados do Censo Escolar ou de instrumento similar que forneça dados sobre demanda escolar atendida e não atendida; divulgar os resultados a todas as escolas e conselhos escolares. Adequar as vias de acesso e de todos os espaços da escola aos portadores de necessidades especiais e divulgar os resultados a toda comunidade. Acompanhar os programas desenvolvidos e recursos alocados. Elaborar plano de manutenção e conservação das instalações e equipamentos da escola. <ul style="list-style-type: none"> <li>• assessorar diretamente a secretária realizando:</li> <li>• levantamento dos procedimentos legais para realização de concursos públicos de provas e títulos, para todos os cargos do magistério e de apoio escolar;</li> <li>• levantamento do quadro atual da composição das equipes escolares e pesquisa junto às escolas das necessidades para compor quadro de funcionários;</li> <li>• pesquisa sobre modelos de quadros de funcionários em municípios vizinhos com realidade semelhante;</li> <li>• pesquisa sobre planos de carreira para o magistério e demais trabalhadores da educação e procedimentos de elaboração coletivizada.</li> </ul>
A ser designada	Responsável pelo setor de Compras, equipamentos e apoio à ação pedagógica	Realizar a aquisição de recursos materiais e pedagógicos que proporcionem a diversificação do trabalho pedagógico do professor. Realizar a aquisição de recursos materiais e pedagógicos para cantos de leitura. Coordenar a decoração das salas, utilizando personagens e imagens que valorizem a cultura e a história locais. Acompanhar a elaboração do cardápio da merenda escolar, considerando as necessidades nutritivas e gosto dos alunos. Realizar avaliação com os alunos quanto à qualidade da alimentação. Coordenar a capacitação das merendeiras e motoristas. Assessorar a secretária na compra de transporte via recursos do Pnate. Otimizar o roteiro do trajeto do atendimento do transporte escolar. Adaptar o transporte escolar para o uso dos portadores de necessidades especiais. Elaborar plano para manutenção dos veículos.
A ser contratada	Auxiliar administrativa/ Ensino Médio	Apoiar ao trabalho das assistentes pedagógicas. Atender ao público, oferecendo informações adequadas. Digitar materiais para a secretária e assistentes pedagógicas.

Nome	Cargo/ formação	Funções
Marina Aparecida Cruz	Auxiliar administrativa/ Ensino Médio (cursando)	Apoiar ao trabalho do professor Josué e da nova professora a ser designada. Atender ao público, oferecendo informações adequadas. Digitar materiais do professor Josué e da nova professora a ser designada. Digitar documentação referente às escolas, recebimento e encaminhamento de correspondência e e-mails, encaminhar e receber documentos, vida escolar dos alunos, ponto de professores e folha de pagamento.
Janice Paes da Guimarães	Encarregado de limpeza/ Ensino Fundamental incompleto	Manter limpos e asseados todos os espaços da Secretaria de Educação e locais por ela utilizados para encontros e reuniões, preparar chá e café às 8h00 e às 11h00.

(\*) Estão registradas apenas as atribuições e responsabilidades referentes ao eixo democratização do acesso e permanência em todas as modalidades e níveis e ao eixo qualidade na educação apenas para classes multisseriadas e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Abaporu encontrou seu caminho e já enxerga uma luz no fim do túnel. Preocupada e impactada pela realidade educacional, agora realmente dimensionada pela Avaliação Diagnóstica, estabeleceu o Fórum de Educação, propôs ações factíveis, abrangentes e amplas e, para sua execução, reestruturou a Secretaria Municipal de Educação e seus canais de participação e comunicação. Tudo para, segundo eles, "construir a educação que os brasileiros de Abaporu merecem".

Agora é com vocês! Tomem o destino de suas crianças e jovens nas mãos e façam o amanhã.

*Sem saber que era impossível, ele foi lá e fez!*  
(Jean Cocteau)

Bom trabalho!

**Equipe do Programa Melhoria da Educação no Município**

<b>AAPCS</b>	Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária
<b>AD</b>	Avaliação Diagnóstica
<b>Anped</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>APM</b>	Associação de Pais e Mestres
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>Cacs</b>	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar
<b>Casa (Fundação)</b>	Centro de Atendimento Socioeducativo a Adolescentes (ex-Febem/SP)
<b>CBIA</b>	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
<b>CDS-UnB</b>	Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
<b>CE</b>	Conselho de Escola
<b>Cedac</b>	Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
<b>CEE</b>	Conselho Estadual de Educação
<b>Cendhec</b>	Centro Dom Helder Câmara
<b>Cenpec</b>	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
<b>Cepal</b>	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CMDCA</b>	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
<b>CME</b>	Conselho Municipal de Educação
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNE-CEB</b>	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
<b>Condeca</b>	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>Consed</b>	Conselho Nacional de Secretários da Educação
<b>Contag</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>Cras</b>	Centro de Referência de Assistência Social (do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)
<b>Datasus</b>	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Banco de Dados)
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>Edusp</b>	Editora da Universidade de São Paulo
<b>Egap</b>	Escola de Governo e Administração Pública
<b>EB</b>	Educação Básica
<b>EE</b>	Escola Estadual
<b>EE</b>	Educação Especial
<b>EF</b>	Ensino Fundamental
<b>EI</b>	Educação Infantil
<b>EM</b>	Ensino Médio
<b>EM</b>	Escola Municipal
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>Emater</b>	Empresa/Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>Encceja</b>	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
<b>Enade</b>	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Ensino Superior)

<b>Endipe</b>	Encontro de Didática e Prática de Ensino	<b>MDE</b>	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
<b>Enem</b>	Exame Nacional do Ensino Médio	<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>Febem</b>	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor/SP (atualmente, Fundação Casa)	<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>Feusp</b>	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	<b>MF</b>	Ministério da Fazenda
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	<b>MOVA</b>	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
<b>FIS</b>	Fundação Itaú Social	<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	<b>Neca</b>	Núcleos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente
<b>FPE</b>	Fundo de Participação de Estados	<b>Nepp</b>	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
<b>FPM</b>	Fundo de Participação de Municípios	<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>Funabem</b>	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor	<b>Pape</b>	Projeto de Adequação de Prédios Escolares
<b>Fundeb</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério	<b>PAR</b>	Plano de Ações Articuladas
<b>Fundef</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério	<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>Fundescola</b>	Fundo de Fortalecimento da Escola	<b>PCS</b>	Programa Capacitação Solidária
<b>GPT</b>	Grupo Permanente de Trabalho	<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>HTPC</b>	Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo	<b>PDDE</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola
<b>Ibam</b>	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	<b>PDE [Escola]</b>	Plano de Desenvolvimento da Escola
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços	<b>PDLS</b>	Plano de Desenvolvimento Local Sustentável
<b>Ideb</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	<b>PDR</b>	Plano de Desenvolvimento Regional
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano	<b>PE</b>	Plano de Educação
<b>IDI</b>	Índice de Desenvolvimento Infantil	<b>PEE</b>	Plano Estadual de Educação
<b>Indes</b>	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Econômico-Social	<b>PES</b>	Planejamento Estratégico
<b>Inep</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	<b>Peti</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>Ippur/UFRJ</b>	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro	<b>PM</b>	Prefeitura Municipal
<b>Ilica</b>	Instituto Interamericano de Cooperação pela Agricultura	<b>PME</b>	Plano Municipal de Educação
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social	<b>PME [Escola]</b>	Projeto de Melhoria da Escola
<b>IPF</b>	Instituto Paulo Freire	<b>PMFE</b>	Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola
<b>IPI</b>	Imposto Sobre Produtos Industrializados	<b>Pnac</b>	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
<b>IPI-Exp</b>	Imposto Sobre Produtos Industrializados - Exportação	<b>Pnad</b>	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
<b>IPVA</b>	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	<b>Pnae</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>Irpaa</b>	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada	<b>Pnate</b>	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
<b>ITBI</b>	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis	<b>PNBE</b>	Programa Nacional Biblioteca da Escola
<b>ITR</b>	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>LLECE</b>	Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação	<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	<b>Pnud</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias	<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual	<b>PPP</b>	Projeto Político-Pedagógico
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal	<b>PSB</b>	Piso Salarial (a professores do ensino) Básico
<b>LSE</b>	Levantamento da Situação Escolar	<b>PSE</b>	Programas/Projetos Socioeducativos
		<b>Pradem</b>	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal
		<b>Pradime</b>	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
		<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
		<b>QESE</b>	Quota Estadual do Salário Educação
		<b>Resab</b>	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

<b>Saeb</b>	Sistema de Avaliação da Educação Básica
<b>SEB-MEC</b>	Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação
<b>Secad-MEC</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação
<b>SEC/BA/IAT</b>	Secretaria de Educação do Governo da Bahia/Instituto Anísio Teixeira
<b>Siafi</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>Sinase</b>	Sistema Nacional Socioeducativo
<b>SME</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>STN/SOF</b>	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda/Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>UE</b>	Unidade Escolar
<b>UFBA/Faced</b>	Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>Uncme</b>	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
<b>Undime</b>	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
<b>Unesco</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>Unesp</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>Uniban</b>	Universidade Bandeirante de São Paulo
<b>Unicamp</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>Unicef</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo